



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO

Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas - Bacharelado

Santana do Ipanema
2017

EQUIPE DE ELABORAÇÃO:

Prof. Dr. Anderson Moreira Aristides dos Santos

Prof. Msc. Anderson David Gomes dos Santos

Prof. Dr. Cristiano da Silva Santos

Prof. Dr. Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa

TAE Msc. Andréa Cristhina Brandão Teixeira

SUMÁRIO

SUMÁRIO	2
INTRODUÇÃO	3
1. APRESENTAÇÃO	6
1.1 Contextualização	6
1.2 Realidade Regional	7
1.3 Justificativa.....	8
1.4 Histórico do curso	9
2. CONCEPÇÃO DO CURSO.....	10
2.1 Dados de identificação do curso.....	10
2.2 Objetivos	11
2.3 Perfil e competência profissional do egresso	12
3. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA	17
4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	23
4.1 Matriz e Proposta Curricular	26
4.1.1 Matriz curricular.....	28
4.1.2 Proposta Curricular	34
4.2 Integração entre ensino, pesquisa e extensão	69
5. METODOLOGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM	70
6. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM	72
7. AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO.....	75
8. APOIO AOS DISCENTES	77
9. APOIO AOS DOCENTES E TÉCNICOS	81
10. INFRAESTRUTURA	83
11. REFERÊNCIAS	83
12. ANEXOS.....	87
13. APÊNDICES.....	90

INTRODUÇÃO

Este Projeto Pedagógico de Curso (PPC) tem por finalidade apresentar o curso de Ciências Econômicas da Unidade Educacional Santana do Ipanema/Campus Sertão da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) para a comunidade acadêmica. Sua elaboração ocorreu de forma participativa e incluiu representantes de todos os segmentos envolvidos na organização do curso – discentes, docentes e técnicos. O PPC tem como base o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), baseando-se ainda, nos seguintes princípios:

- 1 Indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão;
- 2 Interdisciplinaridade e articulação entre as diversas atividades desenvolvidas;
- 3 Flexibilização curricular;
- 4 Contextualização e criticidade dos conhecimentos;
- 5 Ética como orientação das ações educativas e
- 6 Prática de avaliação qualitativa, sistemática e processual do PPC.

Vale ressaltar que, segundo Veiga (2004, p. 17), “não existe um projeto de curso isolado. Ele é parte de um projeto institucional, que é parte de uma universidade, que é parte de um sistema de educação, que é parte de um projeto de sociedade”.

O PPC, organizado coletivamente pelo Colegiado de Curso e pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), apresenta-se como um documento que revela a identidade e a intencionalidade da formação intelectual e profissional dos discentes e egressos do Curso de Ciências Econômicas. O referido PPC busca a coesão entre as legislações vigentes, o perfil profissional do curso, as atividades didático-pedagógicas, as concepções pedagógicas, as orientações metodológicas, os procedimentos didáticos de ensino e aprendizagem, as formas de avaliação, as atividades que ocorrem no curso, ou seja, a “vida” do curso.

Além desses elementos, o PPC foi construído de forma a contemplar as Diretrizes Curriculares Nacionais específicas, bem como todas as outras legislações exigidas pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), a saber:

1. **Carga horária mínima**, em horas, para Bacharelados, conforme a Resolução CNE/CES n° 02/2007;
2. **Tempo de integralização**, conforme normatiza a Resolução CNE/CES n°

02/2007;

3. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura AfroBrasileira, Africana e Indígena**, nos termos da Lei nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004;
4. **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**, conforme disposto no Parecer CNE/CP nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP nº 1, de 30/05/2012;
5. **Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**, conforme disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012;
6. **Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida**, conforme disposto na CF/88, art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei nº 10.098/2000, na Lei nº 13.146/2015, nos Decretos nº 5.296/2004, nº 6.949/2009, Nº 7.611/2011 e na Portaria nº 3.284/2003;
7. **Disciplina de Libras**, conforme Decreto nº 5.626/2005; e,
8. **Políticas de educação ambiental**, conforme Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Mantenedora: Ministério da Educação (MEC)

Município-Sede: Brasília - Distrito Federal (DF)

CNPJ: 00.394.445/0188-17

Dependência: Administrativa Federal

Mantida: Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Código: 577

Município-Sede: Maceió

Estado: Alagoas

Endereço do Campus sede: Campus A. C. Simões, Cidade Universitária Maceió/AL,
Rodovia BR 101, Km 14 CEP: 57.072 - 970

Fone: (82) 3214-1100 (Central)

Portal eletrônico: www.ufal.edu.br

Curso: Ciências Econômicas

Autorização: Resolução nº 46/2009 – CONSUNI/UFAL, de 06 de julho de 2009

Reconhecimento: Portaria nº 876 de 12/11/2015

Modalidade: Bacharelado, Presencial

Número de Vagas: 50 vagas/ano

Título oferecido: Bacharel Em Ciências Econômicas

Nome da Mantida: Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Campus: Sertão

Município-Sede: Santana do Ipanema

Estado: Alagoas

Região: Nordeste

Endereço de funcionamento do curso:

Rua Vereador Abdon Marques, 34, Monumento, Santana do Ipanema / AL, CEP 57500-000.
Telefone: (82) 3216-1770.

Portal eletrônico do curso: <http://www.ufal.edu.br/sertao/graduacao/ciencias-economicas>

Coordenador do Curso

Nome: Cristiano da Silva Santos

Formação acadêmica: Formado em Administração, com habilitação em Comércio Exterior,

pela Faculdade Integrada do Ceará, com mestrado e doutorado em Economia pela Universidade Federal do Ceará.

Titulação: Doutor em Economia

Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva

1. APRESENTAÇÃO

1.1 Contextualização

A Universidade Federal de Alagoas (UFAL) é Pessoa Jurídica de Direito Público, Federal, inscrita no CNPJ número 24.464.109/0001-48, com sede à Avenida Lourival de Melo Mota, S/N, Campus A. C. Simões, no Município de Maceió, no Estado de Alagoas, CEP 57.072-970, contando ainda com dois *Campi* no interior: Arapiraca e Sertão, e suas respectivas Unidades Educacionais.

Foi criada através da Lei Federal nº 3.867, de 25 de janeiro de 1961, a partir do agrupamento das então Faculdades de Direito (1933), Medicina (1951), Filosofia (1952), Economia (1954), Engenharia (1955) e Odontologia (1957), como instituição federal de educação superior, de caráter pluridisciplinar de ensino, pesquisa e extensão, vinculada ao Ministério da Educação, mantida pela União, com autonomia assegurada pela Constituição Brasileira, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) e por seus Estatuto e Regimento Geral.

Atualmente, o quadro de pessoal da UFAL conta com aproximadamente: 1.394 docentes e 1.698 técnico-administrativos. Possui, ainda, 26 mil alunos matriculados em 84 cursos de graduação. Possui estrutura multicampi, com sede localizada no Campus A. Simões, em Maceió, onde são ofertados 53 cursos de graduação.

Com o processo de interiorização, iniciado em 2006, a UFAL expandiu sua atuação para o Agreste, com o Campus de Arapiraca e suas Unidades Educacionais em Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa, onde são ofertados atualmente 23 cursos de graduação. Em 2010, esse processo levou a UFAL ao Sertão do Estado (Campus Sertão), instalando-se em Delmiro Gouveia, onde são ofertados 06 cursos de graduação, contando ainda com uma Unidade Educacional em Santana do Ipanema, onde são ofertados atualmente 02 cursos de graduação, somando um total de 08 cursos. Cabe destacar também que são ofertados na UFAL cerca de

11 cursos na modalidade de Educação à Distância, através do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), que conta com 4 mil graduandos.

No que se refere à pós-graduação, atualmente, 2.312 alunos estão regularmente matriculados nos 39 programas *stricto sensu*, sendo 30 mestrados e 09 doutorados. Possui ainda 13 especializações. A pesquisa vem crescendo anualmente com a participação de linhas e grupos de pesquisa nas mais diferentes áreas do conhecimento. Atualmente, a UFAL conta com cerca de 3.646 pesquisadores, distribuídos em 1.125 linhas de pesquisas, em 258 grupos de pesquisas.

Já a extensão contribui com diversos programas e, também, é uma atividade em constante expansão. Além disso, a universidade mantém aproximadamente 600 convênios com empresas e instituições públicas e privadas.

A UFAL oferece também diversos programas voltados para formação dos alunos, tais como: o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic/CNPq), o Programa de Educação Tutorial (PET) e Monitoria.

O ingresso dos estudantes na UFAL se efetiva por meio de processo seletivo através do ENEM e da plataforma SISu/MEC (Sistema de Seleção Unificada).

1.2 Realidade Regional

Com uma extensão territorial de 27.767.661 km², o Estado de Alagoas é composto por 102 municípios distribuídos em 03 mesorregiões (Leste, Agreste e Sertão alagoano) e 13 microrregiões. De acordo com o Censo de 2010 do IBGE, apresentava população residente de 3.120.922 habitantes, sendo 73,64% em meio urbano. O Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* estadual era de R\$ 8.694,00, em 2010, sendo o setor de serviços o mais importante na composição do valor agregado da economia, com participação de 69%.

A inserção espacial da UFAL leva em consideração as demandas apresentadas pela formação de profissionais em nível superior e a divisão do Estado em suas mesorregiões e microrregiões. Essa configuração espacial é contemplada com uma oferta acadêmica que respeita as características econômicas e sociais de cada localidade, estando as suas unidades instaladas em cidades-polo consideradas fomentadoras do desenvolvimento local.

Com a interiorização a UFAL realizou cobertura universitária significativa em relação à demanda representada pelos egressos do Ensino Médio em Alagoas.

1.3 Justificativa

A Região Nordeste, e em especial a Região do Sertão alagoano, conforme dados do IBGE, apresenta uma realidade caracterizada pelas maiores disparidades nas taxas e indicadores que definem a condição de vida das pessoas, como a baixa escolaridade e poucas alternativas para a continuidade dos estudos, promovendo a evasão, principalmente dos jovens que completam o Ensino Médio, bem como a falta de profissionais qualificados que possam contribuir efetivamente com o desenvolvimento local/regional.

A região que vem se destacando pelos arranjos institucionais, como território inserido nas mesorregiões dos Ministérios da Integração Nacional, do Meio Ambiente e do antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário; pela implantação das novas institucionalidades, a exemplo dos fóruns, comitês, sedes de arranjos produtivos da apicultura, caprinocultura, da piscicultura; pelo potencial natural e beleza cênica; contribui para que os jovens e outros sujeitos que desejam participar do desenvolvimento de seu lugar não sejam obrigados a se afastarem em busca de uma formação profissional e conseqüentemente melhorem suas condições de vida.

Destaca-se a relevância histórica regional e nacional do município sede do Campus Sertão como palco de uma das experiências pioneiras da industrialização rural conduzida pelo visionário Delmiro Gouveia. Assim, o Campus Sertão, como vetor do desenvolvimento, enfatiza junto ao seu polo as vocações, as potencialidades, as capacidades empreendedoras, as questões referentes à gestão das micro e pequenas empresas, as formas associativas e a sustentabilidade, considerando especialmente o contexto da Caatinga e os gargalos no desenvolvimento das cadeias produtivas, justificando a importância da oferta, neste local, de Cursos do Eixo de Gestão, como é o caso de Ciências Contábeis e Ciências Econômicas.

A partir de maio de 2004, a UFAL iniciou uma série de estudos para a elaboração de seu projeto de interiorização/expansão. Era necessário atender a demanda por educação superior do interior alagoano, que representa 68,5% das matrículas no ensino médio.

A forte demanda, a base natural e as vocações econômicas sub-regionais alagoanas embasaram o projeto que propôs, inicialmente, dois novos campi: **Campus do Agreste**, com sede em Arapiraca, contando com três unidades de ensino, em Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa, constituindo a primeira etapa da interiorização; e o **Campus Sertão**, com sede em Delmiro Gouveia, contando com uma unidade de ensino em Santana de Ipanema,

concretizando a segunda etapa do projeto de expansão.

1.4 Histórico do curso

Os cursos de graduação definidos para o Campus Sertão, no âmbito do programa de expansão da UFAL, constituem experiência inovadora, apresentando características distintas daquelas dos cursos do Campus Central, em Maceió. Eles procuram responder a necessidade de adoção de um projeto acadêmico-administrativo inovador, racional, flexível e econômico em recursos humanos e materiais. O objetivo da proposta aplicada visava testar novas dinâmicas do conhecimento, com a consideração da pluralidade dos saberes e da interdisciplinaridade.

Neste sentido, o Projeto Pedagógico formulado para o Curso de Ciências Econômicas, voltado para a Região do Sertão alagoano foi pensado de uma forma que visasse deter uma maior flexibilidade, sendo capaz de se ajustar à dinâmica do desenvolvimento local e regional. Tendo como foco principal o desenvolvimento das ações de ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão, além de procurar atender às novas necessidades do mercado e as demandas sociais, no contexto dos avanços derivados do processo de desenvolvimento socioeconômico e educacional.

Esse Projeto Pedagógico teve como base as mudanças propostas pela Resolução nº 4, de 13 de julho de 2007, do Conselho Nacional de Educação, que instituiu as Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Ciências Econômicas. Entre estas mudanças, destacam-se a flexibilização curricular e a liberdade das instituições elaborarem os Projetos Pedagógicos para cada curso, adequando às demandas sociais e do meio e aos avanços científicos e tecnológicos, conferindo-lhe uma autonomia na definição dos currículos plenos dos seus cursos, e que um mesmo programa contenha variados tipos de formação e habilidades diferenciadas.

O primeiro Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas foi formulado segundo as orientações constantes das diretrizes curriculares nacionais pertinentes à área de estudo, permitindo uma oferta adequada para a formação teórico-histórica dos discentes, sem perder de vista a qualidade, como forte indicador do comprometimento com a formação e a qualificação do Bacharel em Ciências Econômicas, capaz de pensar e apresentar soluções para os principais problemas econômicos, com ênfase no desenvolvimento local/regional.

A UFAL definiu um novo padrão e procedimentos institucionais, construindo, assim, uma nova estrutura e novos projetos pedagógicos, estruturados da seguinte forma:

- **Conhecimento geral**, comum a todos os cursos, com abordagem da complexidade e da totalidade (denominado de Tronco Inicial);
- **Conhecimento compartilhado, intermediário**, comum aos vários cursos de cada eixo de formação (denominado de Tronco Intermediário).
- **Conhecimento específico** de cada profissão, em constante dinamismo e inovação, alinhados à ciência universal, mas considerando as particularidades locais (denominado de Tronco Profissionalizante).

Para finalizar, os cursos de graduação que foram implantados na região do Sertão Alagoano, com a implantação do Campus Sertão, foram agrupados em Eixos Temáticos, quais sejam: 1 - Eixo Licenciatura; 2 - Eixo Gestão (o curso de Ciências Econômicas faz parte do eixo gestão); e 3 - Eixo Tecnologia. Estes eixos agrupam classes de cursos com identidade, atividades e formações disciplinares comuns. A definição dos cursos que os compõem é flexível e progressiva, considerando as demandas locais e o acesso aos recursos federais de expansão e manutenção da instituição.

Após 07 anos de experiência, os cursos dos *campi* do interior e a Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) avaliaram o modelo proposto a partir dos troncos e seus respectivos eixos e resolveram modificá-lo, gerando maior autonomia para os cursos seguirem propostas que continuam tendo como parâmetros a qualidade na formação, com uma perspectiva interdisciplinar de acesso e produção do conhecimento. É desta experiência que surge esta versão do PPC.

2. CONCEPÇÃO DO CURSO

2.1 Dados de identificação do curso

- **Nome do curso:** Ciências Econômicas
- **Modalidade:** Presencial
- **Endereço de funcionamento:** Endereço: Rua Vereador Abdon Marques, 34, Monumento – Santana do Ipanema/AL, CEP 57500-000. Telefone: (82) 3216-1770.
- **Atos legais:** Portaria 876 de 12/11/2015 (reconhecimento do Curso)

- **Conceito Curso (CC):** 4
- **Turno de funcionamento:** Noturno, com entrada no primeiro semestre de cada ano
- **Titulação conferida aos egressos:** Bacharel em Ciências Econômicas
- **Formas de ingresso:** ocorre por meio das seguintes modalidades de ingresso: via Sistema de Seleção Unificada (SISU), Editais de Reopção e Transferência; Programa de Mobilidade Acadêmica Interinstitucional ou outras formas autorizadas pelo Conselho Universitário.

Carga Horária Total do Curso:

Em horas: 3.698 horas

Em horas/aulas: 3.307 horas/aulas

Tempo mínimo e máximo de integralização:

Duração máxima do Curso: 12 Semestres

Duração mínima do Curso: 8 Semestres

- **Número de vagas oferecidas a cada semestre:** 50 vagas/ano

2.2 Objetivos

O Curso de Ciências Econômicas da Unidade Educacional Santana do Ipanema, Campus Sertão da UFAL, tem como objetivo geral a formação de profissionais capazes de exercer as suas funções, fundamentados nos princípios da flexibilidade intelectual e de capacidade de intervenção na realidade. Procura, portanto, possibilitar aos egressos as seguintes competências e habilidades: i) desenvolver raciocínios logicamente consistentes; ii) ler e compreender textos econômicos; iii) elaborar pareceres, relatórios, trabalhos e textos na área econômica; iv) utilizar adequadamente conceitos teóricos fundamentais da Ciência Econômica; v) utilizar o instrumental econômico para analisar situações históricas concretas; vi) utilizar formulações matemáticas e estatísticas na análise de fenômenos socioeconômicos; e vii) diferenciar correntes teóricas a partir de distintas políticas econômicas.

Este curso propõe-se a:

- Fornecer ao aluno diversidade teórica, histórica e instrumental com vistas à sua atuação, quando egresso, no âmbito tanto do setor público como do setor privado;
- Preparar o aluno para prosseguir seus estudos em cursos de pós-graduação;
- Possibilitar ao egresso conhecimento múltiplo e diferenciado sobre as questões socioeconômicas contemporâneas;

- Desenvolver habilidades e competências para que o aluno possa verificar, analisar, interpretar e intervir nos fatos econômicos cotidianos, seja na área pública, no setor privado ou no terceiro setor e
- Possibilitar ao egresso entendimento acerca da problemática socioeconômica na qual está inserida a Região do Semiárido brasileiro.

2.3 Perfil e competência profissional do egresso

Perfil do egresso

Profissional com capacidade para compreender os movimentos dos mercados e a definição de estratégias adequadas para melhoria de qualidade da sociedade, com base teórica, histórica e quantitativa que o credencie ao entendimento e a interpretação dos processos econômicos, conectando-os com outras áreas de conhecimento, visando, em última instância, a análise e a gestão dos conflitos decorrentes dos mesmos, sobretudo no que se refere à promoção do desenvolvimento socioeconômico em seus diversos aspectos.

Alguns princípios se constituem como elementos básicos que garantem e norteiam a definição do “Perfil do Economista”, observados na elaboração deste projeto, são:

1. Comprometimento com o estudo tanto da realidade brasileira como regional e local (em especial, a região do Semiárido Brasileiro), sem prejuízo de uma sólida formação teórica, histórica e instrumental;
2. Pluralismo metodológico, em coerência com o caráter plural das Ciências Econômicas, formada por correntes de pensamentos e paradigmas diversos;
3. Ênfase nas inter-relações e fenômenos econômicos com o todo social em que se inserem e
4. Ênfase na formação de atitudes, do senso ético para o exercício profissional e para a responsabilidade social, indispensáveis ao exercício da cidadania e da profissão.

Quanto aos **aspectos específicos voltados para o perfil do economista**, procura-se promover nos egressos:

1. Capacidade de compreender questões específicas, técnicas, sociais e políticas relacionadas com a economia;
2. Sólida consciência social indispensável ao enfrentamento de situações emergentes na sociedade politicamente organizada;

3. Capacidade de interagir e opinar diante das transformações político-econômicas e socioambientais contextualizadas na economia mundial, dando ênfase na economia brasileira e nordestina, em particular, a economia alagoana e do semiárido e
4. Sólida formação geral com domínio técnico dos estudos relacionados com a formação teórico-quantitativa e teórico-prática;

Com relação aos **aspectos gerais**, o perfil desejável do egresso se caracteriza por:

1. Ampla base cultural que possibilite o entendimento de questões econômicas no seu contexto histórico e social;
2. Capacidade de tomar decisões e encontrar soluções para problemas em uma realidade diversificada e em constante transformação;
3. Competência para adquirir novos conhecimentos e repensar paradigmas teóricos e
4. Domínio das habilidades relativas à efetiva comunicação e expressão oral e escrita acadêmicas.

Competências e habilidades

1. Desenvolver raciocínios logicamente consistentes;
2. Ler e compreender textos econômicos;
3. Elaborar pareceres, relatórios, análises, trabalhos e textos na área econômica;
4. Utilizar adequadamente conceitos teóricos presentes nos diversos paradigmas fundamentais da Ciência Econômica;
5. Utilizar o instrumental econômico e o conhecimento histórico para analisar situações históricas concretas;
6. Utilizar formulações matemáticas e estatísticas na análise de fenômenos socioeconômicos e
7. Diferenciar correntes teóricas presentes nas distintas políticas econômicas.

Campo de atuação

Conforme os Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura (2010), o economista pode atuar como pesquisador em instituições de ensino superior, empresas e laboratórios de pesquisa científica e tecnológica, no planejamento econômico de empresas privadas e órgãos públicos, no mercado financeiro (bancos, bolsas e corretoras de valores), em institutos de pesquisas econômicas, em instituições financeiras, em

organismos internacionais. Também pode atuar de forma autônoma em empresa própria ou prestando consultoria. O Quadro 01 a seguir apresenta de forma detalhada o campo de atuação do Economista, conforme Costa (1999).

Quadro 1 – Campo de Atuação do Economista

ÁREAS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL	ATIVIDADES
Elaboração da viabilidade econômica de projetos¹	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estudo de mercado e comercialização; ▪ Estimativa de custos e receitas; ▪ Dimensionamento do tamanho do projeto; ▪ Avaliação das fontes financeiras; ▪ Análise da localização do projeto; ▪ Estruturação do fluxo de caixa e da capacidade de pagamento e ▪ Análises dos índices econômico-financeiros (margem de lucro, rentabilidade sobre investimentos e receita).
Economia da empresa²	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaboração de planejamento estratégico em suas diversas etapas; ▪ Análise econômico-financeira; ▪ Estudo de mercado; ▪ Análise de conjuntura econômica e ambiente de negócio; ▪ Estimativa de custos; ▪ Elaboração de orçamentos empresariais e ▪ Análise do desenvolvimento socioeconômico e gestão empresarial.
Orientação financeira³	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Análise das perspectivas de mercado, tanto de produtos quanto de serviços; ▪ Análise de incentivos fiscais e financeiros por investimentos; ▪ Análise de negócios financeiros; ▪ Elaboração de orçamentos; ▪ Projeção de resultados (presentes ou futuros); ▪ Orientação sobre fontes de financiamento e ▪ Avaliação das taxas de retorno das organizações, tanto do ponto vista econômico quanto social.
Mercado financeiro⁴	<p><u>NOS BANCOS:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Análise de conjuntura; ▪ Estudos de mercado para identificar novos clientes e ▪ Avaliação de concorrência, do planejamento e da programação empresarial frente aos planos econômicos. <p><u>NO SETOR FINANCEIRO:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaboração e acompanhamento de fluxos de caixa, orçamento de investimentos e de despesas correntes e ▪ Análise de Projetos.

<p>Consultoria e assessoria⁵</p>	<p><u>NO LEASING:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Estimativa da vida útil dos bens; ▪ Estudos para a realização dos financiamentos; ▪ Gestão, análise econômica e planejamento estratégico; ▪ Estudos e pesquisa de mercado, projetos e organização e ▪ Estudos e análises de macro e microeconomias, economias externas e internas, preços (custos, tarifas e mercados financeiros, dentre outros).
<p>Assessoria de projetos agroindustriais/ agrobusiness⁶</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Análise de competitividade e oportunidades agroindustriais; ▪ Definição de custos e preços; ▪ Estudo de mercados de manufaturados (indústria) e ▪ Análise da produção agrícola, dos preços nacionais e internacionais, da concorrência, dos nichos de mercado, do desempenho de bolsas de mercadorias, da situação de colheitas, das demandas por <i>commodities</i> no Brasil e no resto do mundo.
<p>Desenvolvimento de projetos de infraestrutura⁷</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaboração de estudos; ▪ Implantação de produtos; ▪ Pré-diagnóstico de gestão empresarial e avaliação de relação entre cliente e empresa e ▪ Avaliação de projetos nas áreas de transportes, energia, armazenagem, concessões, telecomunicações, meio ambiente e trabalhos no setor social (como hospitais, escolas, saneamento, habitação e lazer).
<p>Orientação em comércio exterior⁸</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diagnóstico das economias de outros países, comparando com a situação brasileira; ▪ Identificação de áreas para investimentos e comércio; ▪ Descoberta de oportunidades de investimentos; ▪ Prestar consultoria às empresas estrangeiras sobre o processo de privatização brasileira e ▪ Avaliação de condições para o investimento no exterior de <i>joint ventures</i>, associação de empresas para o desenvolvimento e execução de um projeto específico no âmbito e/ou financeiro, com vista à redução do risco do empreendimento.
<p>Elaboração de estudos mercadológicos⁹</p>	<p><u>NA ÁREA DE ESTUDOS DE MERCADO:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Dimensionamento da oferta e da procura dos bens e serviços em determinada área geográfica. <p><u>NA ÁREA DE COMERCIALIZAÇÃO:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Análise das formas e condições mais rentáveis para que o bem ou serviço analisado chegue até o consumidor final pelo menor preço possível.

<p>Orçamento¹⁰</p>	<p><u>NO ÂMBITO DO GOVERNO:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaboração, execução e acompanhamento físico e financeiro do orçamento e ▪ Acompanhamento da elaboração do Plano Plurianual de Investimentos (OPI), da Lei Orçamentária (LO), da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e do Plano Anual de Trabalho (PAT). <p><u>NO ÂMBITO DAS EMPRESAS:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Detalhamento dos gastos/custos a serem feitos com serviços e produtos; ▪ Definição de valor/preço do(s) produto(s) e/ou do(s) serviço(s) da empresa e ▪ Especificação dos investimentos a serem aplicados ao longo de determinado período.
<p>Magistério¹¹</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Lecionar disciplina nas áreas econômico-financeira, relativas à sua grade curricular do curso de graduação ou pós-graduação e ▪ Desenvolvimento de atividade de pesquisa e de extensão, inclusive com orientações a alunos.
<p>Perícia¹²</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Caracterização da natureza técnico-científica dos fatos e ▪ Identificação das prováveis causas que deram origem às gestões da natureza econômica.
<p>Arbitragem¹³</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresentação da solução que possibilita resolver controvérsias de quaisquer ordens que envolvam bens patrimoniais disponíveis.
<p>Setor público¹⁴</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaboração de planejamento e orçamento; ▪ Estudo de financiamento; ▪ Análise da conjuntura econômica e ▪ Realização de assessoria em geral.
<p>Análise de conjuntura econômica e pesquisas¹⁵</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Análise de informações demográficas e socioeconômicas; ▪ Estudos setoriais globais e planejamento urbano e regional; ▪ Definição de metodologias e orientação na aplicação das mesmas e ▪ Estudos sobre competitividade setorial, potenciais de mercado, finanças públicas, políticas monetárias e social.
<p>Entidades de classe¹⁶</p>	<p><u>NO ÂMBITO MACROECONÔMICO:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Dimensionamento socioeconômico da atividade no qual trabalha dentro do contexto produtivo; ▪ Elaboração de documentos a serem encaminhados à classe política e ▪ Assessoramento à diretoria da entidade em seminários e em pronunciamentos à imprensa. <p><u>NO ÂMBITO MICROECONÔMICO:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Orientação às empresas sobre os reflexos de medidas econômicas nos negócios.
<p>Consultoria em fusão, aquisição e incorporação de empresas¹⁷</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação econômica dos empreendimentos, compreendendo a análise dos ativos e passivos das rentabilidades das perspectivas de lucros futuros e ▪ Análise do fluxo de caixa da organização.

Recálculos de contratos¹⁸	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Realização de auditagem de contas; ▪ Conferência de dados financeiros; ▪ Interpretação de vários tipos de contratos, como habitacional, comercial, empréstimos industriais e rurais, bancários, <i>leasing</i> e ▪ Revisão de contratos antigos firmados em outra conjuntura econômica.
Diversas assessorias econômicas¹⁹	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Análise de curto prazo sobre: o comportamento das taxas de câmbio e de juros, os melhores investimentos no mercado financeiro e o custo do <i>hot money</i> (aplicação em títulos ou no câmbio, atraídas por taxas de juros elevados ou diferenças cambiais significativas, de curtíssimo prazo, podendo deslocar-se de um mercado para outro com agilidade).
Estudo e orientação de viabilidade econômica de novas empresas²⁰	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação econômico-financeira; ▪ Realização de assessorias em processos de aquisição, alienação e fusão de empresas; ▪ Estudos sobre privatização e reestruturação de passivos, identificando as estruturas financeiras e buscando as fontes de recursos; ▪ Definição de política de treinamento e ▪ Acompanhamento mensal e constante às empresas - cientes, através de relatórios de desempenho.
Desenvolvimento e planejamento econômico²¹	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação dos aspectos quantitativos e qualitativos do crescimento e do desenvolvimento socioeconômico e ▪ Elaboração do planejamento estratégico empresarial, através de estudos relacionados com a microeconomia; ▪ Definição de políticas de treinamento.
Criação de projetos para obtenção de financiamentos²²	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaboração de estudos econômico-financeiros visando obter recursos de médio e longo prazos junto a entidades financeiras nacionais e estrangeiras.

Nota: Conferir notas explicativas no Anexo 1.

3. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

Colegiados de Curso

O Colegiado do Curso de Ciências Econômicas da Unidade Educacional Santana do Ipanema, Campus Sertão, segue o que normatiza o Regimento Geral da UFAL, em seus artigos 25 e 26. No que se refere ao artigo 25, este normatiza que o

Colegiado de Curso de Graduação é órgão vinculado à Unidade Acadêmica, com o objetivo de coordenar o funcionamento acadêmico de Curso de Graduação, seu desenvolvimento e avaliação permanente, sendo composto de:

I. 05 (cinco) professores efetivos, vinculados ao Curso e seus respectivos suplentes, que estejam no exercício da docência, eleitos em Consulta efetivada com a comunidade acadêmica, para cumprirem mandato de 02 (dois) anos, admitida uma única recondução;

II. 01 (um) representante do Corpo Discente, e seu respectivo suplente, escolhido em processo organizado pelo respectivo Centro ou Diretório Acadêmico, para cumprir mandato de 01 (um) ano, admitida uma única recondução;

III.01 (um) representante do Corpo Técnico-Administrativo, e seu respectivo suplente, escolhidos dentre os Técnicos da unidade acadêmica, eleito pelos seus pares, para cumprir mandato de 02 (dois) anos, admitida uma única recondução (UFAL, 2006a, p. 3).

Em seu parágrafo único, este artigo, expõe que o “Colegiado terá 01 (um) Coordenador e seu Suplente, escolhidos pelos seus membros dentre os docentes que o integram” (UFAL, 2006a, p. 3).

Já o artigo 26 normatiza que:

São atribuições do Colegiado de Curso de Graduação:

I. coordenar o processo de elaboração e desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais, no perfil do profissional desejado, nas características e necessidades da área de conhecimento, do mercado de trabalho e da sociedade;

II. coordenar o processo de ensino e de aprendizagem, promovendo a integração docente-discente, a interdisciplinaridade e a compatibilização da ação docente com os planos de ensino, com vistas à formação profissional planejada;

III. coordenar o processo de avaliação do Curso, em termos dos resultados obtidos, executando e/ou encaminhando aos órgãos competentes as alterações que se fizerem necessárias;

IV. colaborar com os demais Órgãos Acadêmicos;

V. exercer outras atribuições compatíveis (UFAL, 2006a, p. 4).

Seguindo esta normatização, o Colegiado do Curso de Ciências Econômicas da Unidade Educacional Santana do Ipanema, Campus Sertão, é composto por 12 membros, sendo 07 membros efetivos e 06 suplentes distribuídos da seguinte forma:

- 09 docentes, sendo 05 membros efetivos e 04 membros suplentes;
- 02 técnicos-administrativos, sendo 01 membro efetivo e 01 membro suplente e
- 02 discentes, sendo 01 membro efetivo e 01 membro suplente.

Assim, a atual composição do Colegiado é a seguinte:

Quadro 2 – Composição do Colegiado de Ciências Econômicas

MEMBRO EFETIVO	MEMBRO SUPLENTE
<i>Docentes</i>	
Cristiano da Silva Santos (Coordenador)	Alcides José de Omena Neto
Anderson Moreira Aristides dos Santos (Vice-coordenador)	Tatiana Frey Biehl Brandão

José Menezes Gomes	Fabrcio Rios Nascimento
Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa	Rafael de Oliveira Rodrigues
Anderson David Gomes dos Santos	-
<i>Técnicos Administrativos</i>	
Aline Silva dos Santos	José Furtuoso da Silva Filho
<i>Discentes</i>	
Maurício Alex do Nascimento Moura	Beatriz Soares da Silva

O Colegiado do Curso de Ciências Econômicas da Unidade Educacional Santana do Ipanema, Campus Sertão, é coordenado pelo professor Cristiano da Silva Santos. O professor possui graduação em Administração, com habilitação em Comércio Exterior, pela Faculdade Integrada do Ceará; com mestrado e doutorado em Economia pela Universidade Federal do Ceará. Está vinculado à UFAL desde 2015, sendo professor efetivo com dedicação exclusiva, sempre lotado nesta Unidade Educacional.

O Colegiado é renovado a cada 02 anos por meio de eleições. Participam do pleito, como candidatos e/ou votantes, os docentes, técnicos-administrativos e discentes vinculados ao Curso de Ciências Econômicas.

As reuniões do Colegiado ocorrem mensalmente, podendo haver mais de uma reunião ao mês (reuniões extraordinárias), caso haja demanda que necessite de deliberação.

Estágio Supervisionado

A coordenação de estágio na Unidade Educacional Santana do Ipanema é exercida pelo docente José Augusto de Medeiros Monteiro.

Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Em atendimento à Portaria 147/2007, ao Parecer CONAES 04/2010 e à Resolução CONAES 01/2010, a UFAL instituiu, através da Resolução 52/2012 no âmbito de seus Cursos de Graduação, os Núcleos Docentes Estruturantes (NDE), em conformidade com as especificações legais.

Neste sentido, os NDE são compostos pelo mínimo de cinco membros, todos docentes com titulação de pós-graduação *stricto sensu* e formação na área do curso. Considera-se,

igualmente, a afinidade da produção científica com o eixo do curso e sua dedicação ao mesmo.

O NDE do Curso de Ciências Econômicas da Unidade Educacional Santana do Ipanema, Campus Sertão, detém como premissa a consolidação do Curso, através da busca constante por excelência acadêmica como também pela instrumentalização profissional cujo objetivo é habilitar os egressos a atuarem numa economia dinâmica, complexa e demandante de uma visão interdisciplinar.

Para a concretização desta premissa este Núcleo iniciou, a partir do mês de agosto de 2013, seus trabalhos, sendo que em seu primeiro momento foi focalizado os seus princípios norteadores: pesquisa e estudos das normas e de suas atribuições. Após esta fase este Núcleo reuniu-se para discutir sua estrutura organizacional, sua metodologia e sua agenda de trabalho, que são revistos periodicamente.

Com relação à estrutura organizacional o Núcleo Docente Estruturante do Curso de Ciências Econômicas da Unidade Santana do Ipanema é composto por 05 professores e uma Técnica de Assuntos Educacionais:

Coordenador do Núcleo

- Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa. Docente com Dedicção Exclusiva. Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Alagoas (2002), Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela REDE PRODEMA/Universidade Federal de Alagoas (2007), Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (2013) e Pós-Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (2015).

Membros

- Anderson Moreira Aristides dos Santos. Docente com Dedicção Exclusiva. Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Alagoas (2007), Mestre em Economia pela Universidade Federal de Alagoas (2010) e Doutor em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2016).
- Cristiano da Silva Santos. Docente com Dedicção Exclusiva. Graduação em Administração com habilitação em Comércio Exterior pela Faculdade Integrada do Ceará (2009), Mestre em Economia pela Universidade Federal do Ceará (2012) e Doutor em Economia pela Universidade Federal do Ceará (2016).

- José Menezes Gomes. Docente com Dedicção Exclusiva. Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Mato Grosso (1986), Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal da Paraíba (1991), Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (2005) e Pós-Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (2012).
- Fabrício Rios Nascimento. Docente com Dedicção Exclusiva. Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2008), MBA em Gerência Contábil, Perícia, Auditoria e Controladoria pelo Centro Universitário Internacional - UNINTER (2009), Mestre em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Alagoas (2012), e Doutorando em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa.
- Anderson David Gomes dos Santos. Docente com Dedicção Exclusiva. Graduado em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, pela Universidade Federal de Alagoas (2011), e Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2013).
- Andréa Cristhina Brandão Teixeira. Técnica em Assuntos Educacionais. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Alagoas (2009), Especialização em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Centro de Formação Profissional e Superior Santa Maria Madalena - CENFAP (2011), Especialização em Educação em Direitos Humanos e Diversidade (EDHDI) pela Universidade Estadual de Alagoas (2012) e Mestra em Educação, na área de Formação de Professores - Saberes e Competências, pela Universidade Federal de Sergipe - UFS (2016).

As reuniões do NDE ocorrem bimestralmente. Foi definido como atribuição do NDE do Curso de Ciências Econômicas da Unidade Educacional Santana do Ipanema, Campus Sertão, o acompanhamento do Curso, especificamente, pela análise no processo de execução do Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Para isto, o NDE acompanha, avalia e propõe ajustes no PPC a cada ciclo de 04 anos, ou seja, a cada ciclo formativo de uma turma de graduação.

O acompanhamento permanente, concernente à implementação e desenvolvimento do PPC constitui-se num instrumento importante para garantir uma melhor qualidade educativa em todas as suas etapas. Através de reuniões periódicas os seus membros avaliam a pertinência das disciplinas, seu ordenamento, a atualização da bibliografia referenciada e as

condições de realização de práticas e estágios supervisionados, de modo a ter condições concretas de intervir sempre que necessária no sentido do aperfeiçoamento do PPC.

Quadro de Docentes

NOME	TITULAÇÃO	SITUAÇÃO FUNCIONAL
Anderson David Gomes dos Santos	Mestre	Dedicação Exclusiva
Manoel Valquer Oliveira Melo	Mestre	Dedicação Exclusiva
Rafael de Oliveira Rodrigues	Doutor	Dedicação Exclusiva
Cristiano da Silva Santos	Doutor	Dedicação Exclusiva
Izabelita Oliveira Barboza	Mestre	Dedicação Exclusiva
Alex Nascimento dos Santos	Mestre	Dedicação Exclusiva
Tatiana Frey Biehl Brandão	Mestre	Dedicação Exclusiva
Leandro Araújo Wickboldt	Mestre	Dedicação Exclusiva
Alcides José de Omena Neto	Mestre	Dedicação Exclusiva
Anderson Moreira Aristides dos Santos	Doutor	Dedicação Exclusiva
Fabrcio Rios Nascimento	Mestre	Dedicação Exclusiva
Flávio José Domingos	Mestre	Dedicação Exclusiva
Hérmani Magalhães Olivense do Carmo	Mestre	Dedicação Exclusiva
José Menezes Gomes	Doutor	Dedicação Exclusiva
Luciano Cels Brandão Guerreiro Barbosa	Doutor	Dedicação Exclusiva
Priscila Emanuele Falcão de Oliveira Menezes	Mestre	Dedicação Exclusiva

Quadro de Técnicos-administrativos

NOME	CARGO
José Furtuoso da Silva Filho	Assistente em Administração
Aline Silva dos Santos	Assistente em Administração
Andréa Cristhina Brandão Teixeira	Técnica em Assuntos Educacionais
Bennet Roosevelt Andrade de Souza	Assistente em Administração
Camila Karla Santos da Silva	Administradora
Emerson Lima de Menezes	Auxiliar de Biblioteca
Esperidião Medeiros de Aquino Junior	Auxiliar de Biblioteca
Herlei Mariano Martins Alves	Técnica em Assuntos Educacionais
Rafaela Lima de Araújo	Bibliotecária-documentarista
Tatiana Beatriz Lins de Alcantara Moura	Bibliotecária-documentarista
Thayse dos Santos Fonseca Pinheiro	Assistente Social

4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

As novas diretrizes curriculares destacam que os cursos de graduação em Ciências Econômicas deverão inserir em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, “conteúdos que revelem inter-relações com a realidade regional, nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualização dos diferentes fenômenos relacionados com a economia, utilizando tecnologias inovadoras” (BRASIL, 2007).

Assim, o curso procura corresponder, consoante a Resolução CNE/CES nº 04 de 13 de julho de 2007, aos seguintes campos interligados de formação: conteúdos de Formação Geral, de Formação Teórica Quantitativa, de Formação Histórica e de Formação Teórico-Prática.

Ressalta-se que as disciplinas de natureza eletiva são consideradas obrigatórias no currículo do curso de Ciências Econômicas, no entanto o aluno fará opção entre as ofertadas, para seu aperfeiçoamento na área do saber escolhida ao exercício de sua profissão.

Os **Conteúdos de Formação Geral** são constituídos por disciplinas ou unidades de estudo que fazem parte da formação introdutória do Economista, abrangendo as dimensões filosóficas, sociológicas, éticas e da ciência política. Ainda aborda estudos básicos e propedêuticos da administração, direito, contabilidade, matemática e estatística. Ao conjunto destas unidades de estudos deve-se destinar, segundo as Diretrizes, **10%** da carga horária do Curso.

Os **Conteúdos de Formação Teórico-Quantitativa** constituem a essência do curso de Ciências Econômicas. Compreendem a formação teórica, técnica e instrumental, indispensáveis à formação de um profissional com capacidade para atuar em um mundo econômico complexo e em constante transformação. São esses conteúdos que evidenciam o princípio de “Pluralismo Metodológico”, não devendo atender a modismos, a ideologias prontas ou a uma única forma de pensar, apresentando ao estudante as diversas teorias econômicas e suas aplicações práticas, bem como a relação entre elas.

A este conjunto de unidades ou disciplinas deve-se, conforme propõem as diretrizes, destinar um mínimo de **20%** da carga horária do curso. Entretanto, dado o volume de conteúdos e as especificidades de cada Instituição de Ensino, um número maior de horas pode ou deve ser utilizado em complemento, como é o caso deste projeto.

Os **Conteúdos de Formação Histórica** envolvem disciplinas ou unidades de estudo

ligadas, de um lado, à história econômica geral, voltada para a compreensão da formação, evolução e desenvolvimento do capitalismo no mundo e suas relações com o Brasil; e de outro, à história e realidade brasileira.

A compreensão de fatos econômicos relacionando-os ao presente é o caminho que possibilita ao Economista não apenas entender o passado, mas compreender melhor o próprio momento atual, evitar erros e enriquecer sua interpretação sobre a realidade; permite-lhe ainda especular com fundamentos sólidos as possibilidades futuras, o que lhe será cobrado tanto em atividades acadêmicas como profissionais. Ao conjunto destas unidades ou disciplinas deve-se, como apontado nas Diretrizes, destinar um mínimo de **10%** da carga horária do curso, ou o equivalente a 300 horas.

Os **Conteúdos de Formação Teórico-Práticos** abordam questões práticas necessárias à formação do economista, incluindo atividades complementares, monografias, técnicas de pesquisa em economia e, se for o caso, o estágio curricular.

Com relação ao **Trabalho de Conclusão de Curso ou Monografia**, existe um consenso entre os Economistas e Coordenadores de Curso quanto à necessidade e importância, tendo em vista que é essencial não apenas para a formação de economistas que pretendem discutir questões acadêmicas, mas, sobretudo, para aqueles que procuram entender questões relacionadas ao mundo do trabalho prático. Possibilita ao aluno relacionar essas questões ao aprendizado adquirido ao longo do curso, elevando sua capacidade analítica. Discussões em Congressos de Entidades Acadêmicas recomendam um mínimo de 60 horas para a disciplina Técnicas de Pesquisa em Economia e de 240 horas para a realização da Monografia.

Neste sentido, a proposta pedagógica deste Curso está organizada em três eixos de formação:

- **Formação Geral:** composta por disciplinas que abordam conhecimentos básicos, abrangendo as dimensões filosóficas, sociológicas, comunicacionais, éticas, quantitativa e da ciência política (1º período);
- **Formação Introdutória:** composta por disciplinas que abordem conhecimento teórico-instrumental de forma introdutória acerca do campo das Ciências Sociais Aplicadas (2º período);

- **Formação Profissional e Específica:** composta por disciplinas de formação específica do Economista.

O Curso de Ciências Econômicas da Unidade Educacional Santana do Ipanema, Campus Sertão, tem como área de concentração a Economia Aplicada. Embora incorpore os conhecimentos existentes nos diversos cursos de Ciências Econômicas no país, buscou-se um olhar regionalizado, tendo como fundamentos norteadores as linhas de conhecimento: Desenvolvimento e Economia do Semiárido e Setor Público.

A interdisciplinaridade constitui-se na premissa básica de organização desta proposta pedagógica, compreendida enquanto estratégia conciliadora dos domínios próprios de cada área com a necessidade de alianças entre eles no sentido de complementaridade e de cooperação para solucionar problemas, encontrando a melhor forma de responder aos desafios da complexidade da sociedade contemporânea.

A aplicação desses conteúdos na formação acadêmica do egresso em Ciências Econômicas fica evidenciada na descrição do ordenamento curricular e nas ementas de cada disciplina.

Outro ponto importante na proposta pedagógica deste Curso refere-se à articulação entre ensino, pesquisa e extensão, pois aqui se defende um projeto de formação cujas atividades curriculares transcendam a tradição das disciplinas em sala de aula, possibilitando que haja um diálogo com a realidade social, que se desenvolve, principalmente, a partir das linhas de conhecimento. Assim, como *práxis* educativa do curso de Ciências Econômicas se defende a prática como parte inerente, integrante e constituinte do questionamento sistemático, crítico e criativo, e da pesquisa como atitude cotidiana, como princípio científico e educativo.

A capacidade de contemplar o processo de produção do conhecimento por meio da dimensão investigativa (pesquisa) e a abertura ao meio externo à Universidade (extensão) oferece uma nova referência para a dinâmica na relação professor-aluno e desenha um novo contexto para o processo de ensino/aprendizagem.

Portanto, a articulação entre teoria e prática pode ser compreendida como um princípio de aprendizagem que se afasta da lógica positivista de produção do conhecimento e possibilita envolver os alunos com problemas reais, tomando contato com seus diferentes aspectos e influenciando nas soluções. Assim o aluno sai da simples condição de mero receptor de

informações e passa a sujeito da produção desse conhecimento.

Além disso, o Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas preza pela transversalidade e, desta forma, busca contemplar e articular temas ligados à Educação Ambiental; às Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena; e aos Direitos Humanos com os **Conteúdos de Formação**.

4.1 Matriz e Proposta Curricular

Política de educação ambiental

O Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da Unidade Educacional Santana do Ipanema, Campus Sertão, da Universidade Federal de Alagoas, detém como um de seus pilares os pressupostos oriundos da Educação Ambiental, de acordo com o que demanda o Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências; e a Resolução CNE/CP nº 02/2012, que define formas de sua implementação nos currículos dos cursos superiores.

Assim, sua Diretriz Curricular procura promover a inserção dos fundamentos teórico-metodológicos de cunho social, ambiental, econômico, político e cultural no maior número de disciplinas possíveis, primando pela interdisciplinaridade e pela interconexão entre as disciplinas que compõem o Curso. Esta ação, por sua vez, detém como objetivo possibilitar aos discentes um ambiente favorável à construção interdisciplinar do arcabouço teórico – oriundo das diversas disciplinas que compõem a grade curricular do Curso – de maneira sistematizada e que lhes permita entender, avaliar e interagir com a realidade socioeconômica local, regional, nacional e/ou internacional, observando os possíveis impactos que podem ser gerados sobre a relação sociedade-natureza e como interferem sobre a qualidade de vida das sociedades modernas.

Deste modo, as disciplinas de Economia do Meio Ambiente (6º período), Cultura e Consumo (7º período) e Ecodesenvolvimento e Sistemas Agroalimentares (8º período), articulam os princípios da Educação Ambiental nos diversos temas debatidos em seu conteúdo programático. Além disso, as disciplinas de: História Econômica Geral (3º período), Formação Econômica do Brasil (4º período), Desenvolvimento Socioeconômico (7º período), debatem de maneira transversais diversos temas oriundos da Educação Ambiental.

Associado aos espaços formais, onde ocorre a prática da educação ambiental expostos acima, o Curso de Ciências Econômicas também incentiva o desenvolvimento de práticas não-formais de educação ambiental através da execução de projetos de pesquisa e de extensão. Por meios destes projetos são realizadas atividades ou produzidos produtos cuja finalidade é a disseminação de conhecimento para a melhoria das condições socioeconômicas e ambientais do Estado de Alagoas, assim como, constitui-se num espaço de mobilização e articulação dos diversos atores sociais locais, regionais e nacionais, instrumento este importante e necessário para a disseminação dos princípios oriundos da Educação Ambiental.

Relações étnico-raciais e história e cultura afro-brasileira, africana e indígena

Em atenção à Lei nº. 10.639/2003, à Lei nº. 11.645/2008 e da Resolução CNE/CP 01/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP 03/2004 que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, os PPCs da UFAL vêm tratando a temática de forma transversal.

Assim, no Curso de Ciências Econômicas às questões das Relações Étnico-Raciais são tratadas em determinadas disciplinas que buscam discutir a formação da sociedade contemporânea, destacando os diferentes grupos étnico-raciais que contribuíram para formação histórica e cultural do Brasil. Além disso, são apresentados conceitos para o fortalecimento da igualdade básica do ser humano e a superação de preconceitos e desqualificações com que os negros e os povos indígenas sofreram ao longo do tempo.

As disciplinas que abordam as Relações Étnico-Raciais são: Fundamentos de Sociologia (1º período), História Econômica Geral (4º período), Formação Econômica do Brasil (4º período), Economia do Semiárido (6º período), Ecodesenvolvimento e Sistemas Agroalimentares (8º período), Ética e Cidadania (8º período) e Trabalho e Educação (8º período).

Educação em direitos humanos

A organização curricular do curso parte da premissa de que os Direitos Humanos, no âmbito individual ou coletivo, são necessários à equidade das condições de vida e à defesa da dignidade humana. Dentro desse princípio, e atendendo à legislação que rege o tema, os fundamentos da Educação em Direitos Humanos estão inseridos de modo transversal nas

disciplinas obrigatórias e eletivas do curso, devendo gerar discussões contínuas e permanentes, que irão contribuir para a formação cidadã e responsável de seus discentes.

Tanto nas disciplinas de formação geral quanto nas de formação histórica serão trabalhados conceitos sobre Direitos Humanos, fazendo sempre uma relação com os contextos internacional, nacional e local, dando ao aluno a oportunidade de aplicar em suas vidas cotidianas os conceitos aprendidos.

As disciplinas, também, respeitarão os princípios do Direito à Educação, vivenciando-se, de fato, as diretrizes que a norteiam, através de práticas sociais e atitudes condizentes com os princípios básicos dos Direitos Humanos, buscando sempre métodos didático-pedagógicos que privilegiam a construção coletiva e a participação de todos os sujeitos.

As disciplinas que abordam diretamente questões ligadas aos Direitos Humanos são: Fundamentos de Sociologia (1º período), Economia do Semiárido (6º período), Ecodesenvolvimento e Sistemas Agroalimentares (8º período), Ética e Cidadania (8º período) e Trabalho e Educação (8º período).

Libras

De acordo com o Art. 3º do Decreto nº. 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e o art. 18 da Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, o componente curricular Libras é obrigatório nas licenciaturas e nos cursos de Pedagogia e de Letras, sendo opcional para os demais cursos de graduação. Assim, no âmbito do curso de Bacharelado em Ciências Econômicas, da Unidade Educacional Santana do Ipanema, Campus Sertão, a disciplina de Libras consta no rol de disciplinas eletivas.

4.1.1 Matriz curricular

A Resolução CP nº 02, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre a carga horária mínima e os procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, institui que o curso de Ciências Econômicas deve ter uma carga horária mínima de 3.000 horas-relógio (60 minutos). Tendo em vista que a hora-aula na Universidade Federal de Alagoas é de 50 minutos, faz-se inevitável proceder ao ajuste entre horas-aula e horas-relógio para atender à referida resolução.

As atividades realizadas, no âmbito das disciplinas obrigatórias e eletivas terão sua carga horária convertida para hora-relógio. Os componentes curriculares: as atividades complementares e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) contam como hora-relógio, porque são componentes curriculares desenvolvidos pelo aluno de forma autônoma.

A carga horária total do curso é de 3.320 horas, sendo 2.880 horas referentes a disciplinas obrigatórias e eletivas, 200 horas de atividades complementares e 240 de horas destinadas ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Quadro 3 – Componentes Curriculares (Disciplinas)

	DISCIPLINA	CH TEÓRIC A	CH PRÁTIC A	CH TOTAL
CONTEÚ DOS DE FORMA ÇÃO GERAL	Fundamentos de Sociologia	72	-	72
	Introdução à Filosofia	72	-	72
	Comunicação e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação	72	-	72
	Fundamentos às Ciências Econômicas	36	-	36
	Introdução à Pesquisa	18	18	36
	Introdução às Ciências Econômicas	72	-	72
	Noções de Administração	36	-	36
	Informação Contábil para Gestão	54	18	72
	Direito Econômico	72	-	72
	Subtotal	504	36	540
CONTEÚ DOS DE FORMA ÇÃO TEÓRIC O- QUANTI TATIVA	Matemática I	72	-	72
	Matemática II	72	-	72
	Matemática Financeira	54	18	72
	Análise de Investimento	54	18	72
	Estatística I	72	-	72
	Estatística II	72	-	72
	Econometria	54	18	72
	Contabilidade Social	72	-	72
	Teoria Macroeconômica I	72	-	72
	Teoria Macroeconômica II	72	-	72
	Teoria Microeconômica I	72	-	72
	Teoria Microeconômica II	72	-	72
	Economia do Meio Ambiente	36	36	72
Economia do Semiárido	36	36	72	

	Desenvolvimento Socioeconômico	54	18	72
	Economia do Setor Público I	72	-	72
	Economia do Setor Público II	72	-	72
	Economia Internacional	72	-	72
	Economia Industrial	72	-	72
	Economia Monetária	72	-	72
	Subtotal	1.300	140	1.440
CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO HISTÓRICA	História Econômica Geral	72	-	72
	Economia Política	72	-	72
	História do Pensamento Econômico	72	-	72
	Formação Econômica do Brasil	72	-	72
	Economia Brasileira Contemporânea	72	-	72
	Economia de Alagoas	72	-	72
	Subtotal	360	-	432
CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA	Metodologia Científica	18	18	36
	Técnica de Pesquisa em Economia	36	36	72
	Seminário de Pesquisa	32	40	72
	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	-	-	240
	Subtotal	86	94	420

O Quadro 4 contabiliza a carga horária do conjunto de disciplinas, por campos interligados de formação, verificando qual a sua percentagem na carga horária total do curso, com o intuito de demonstrar que o Curso de Ciências Econômicas da Unidade Educacional Santana do Ipanema, Campus Sertão, cumpre o que preconiza as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, por meio da Resolução CNE/CES nº 04 de 13 de julho de 2007.

Quadro 4 – Componentes Curriculares (Disciplinas), Segundo Conteúdos de Formação

CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA	PARTICIPAÇÃO NA CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO (%)
Formação Geral	540	19,07
Formação Teórico-Quantitativa	1.440	50,85
Formação Histórica	432	15,25
Formação Teórico-Prática	420	14,83

Assim, este Curso de Ciências Econômicas, seguindo as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas e a partir das Linhas de Conhecimento estruturadas para nortear o processo de formação dos discentes e pensada para o desenvolvimento intelectual e das pesquisas dos docentes, organizou o currículo do seu curso da seguinte forma:

Quadro 5 – Organização Curricular por Períodos

1º PERÍODO				
DISCIPLINAS	CH TEOR.	CH PRAT.	CH TOTAL	TOTAL H/A
Fundamentos de Sociologia	72	0	72	86
Introdução à Filosofia	72	0	72	86
Comunicação e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação	72	0	72	86
Fundamentos às Ciências Econômicas	36	0	36	43
Matemática I	72	0	72	86
Metodologia Científica	18	18	36	43
TOTAL	324	36	360	430
2º PERÍODO				
DISCIPLINAS	CH TEOR.	CH PRAT.	CH TOTAL	TOTAL H/A
Matemática II	72	0	72	86
Introdução às Ciências Econômicas	72	0	72	86
Noções de Administração	36	0	36	43
Estatística I	72	0	72	86
Informação Contábil para Gestão	54	18	72	86
Introdução à Pesquisa	18	18	36	43
TOTAL	324	36	360	430
3º PERÍODO				
DISCIPLINAS	CH TEOR.	CH PRAT.	CH TOTAL	TOTAL H/A
Contabilidade Social	72	0	72	86
História Econômica Geral	72	0	72	86
Estatística II	72	0	72	86
Matemática Financeira	54	18	72	86
Economia Política	72	0	72	86
TOTAL	342	18	360	430
4º PERÍODO				
DISCIPLINAS	CH	CH	CH	TOTAL

	TEOR.	PRAT.	TOTAL	H/A
Teoria Macroeconômica I	72	0	72	86
História do Pensamento Econômico	72	0	72	86
Formação Econômica do Brasil	72	0	72	86
Econometria	54	18	72	86
Teoria Microeconômica I	72	0	72	86
TOTAL	342	18	360	430
5º PERÍODO				
DISCIPLINAS	CH TEOR.	CH PRAT.	CH TOTAL	TOTAL H/A
Teoria Macroeconômica II	72	0	72	86
Economia do Setor Público I	72	0	72	86
Economia Brasileira Contemporânea	72	0	72	86
Teoria Microeconômica II	72	0	72	86
Economia do Meio Ambiente	40	32	72	86
TOTAL	328	32	360	430
6º PERÍODO				
DISCIPLINAS	CH TEOR.	CH PRAT.	CH TOTAL	TOTAL H/A
Economia do Setor Público II	72	0	72	86
Economia Internacional	72	0	72	86
Economia do Semiárido	36	36	72	86
Economia Monetária	72	0	72	86
Técnica de Pesquisa em Economia	36	36	72	86
TOTAL	288	72	360	430
7º PERÍODO				
DISCIPLINAS	CH TEOR.	CH PRAT.	CH TOTAL	TOTAL H/A
Economia Industrial	72	0	72	86
Desenvolvimento Socioeconômico	54	18	72	86
Seminário de Pesquisa	32	40	72	86
Eletiva	72	0	72	86
Eletiva	72	0	72	86
TOTAL	302	58	360	430
8º PERÍODO				
DISCIPLINAS	CH TEOR.	CH PRAT.	CH TOTAL	TOTAL H/A
Análise de Investimento	54	18	72	86
Direito Econômico	72	0	72	86

Economia de Alagoas	72	0	72	86
Eletiva	72	0	72	86
Eletiva	72	0	72	86
TOTAL	342	18	360	430

A inserção de novas disciplinas eletivas à organização curricular será definida e aprovada pelo Colegiado do Curso de Ciências Econômicas, sendo, posteriormente, cadastradas na PROGRAD.

Quadro 6 – Quadro de Disciplinas Eletivas

	Disciplinas eletivas	Carga horária			
		Semanal	Teórica	Prática	Total
7º Período	Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas no Semiárido	4	72	-	72
	Políticas Públicas	4	72	-	72
	Economia Política da Comunicação	4	72	-	72
	Cultura e Consumo	4	72	-	72
	Economia Política do Rentismo e o Desenvolvimento Capitalista	4	72	-	72
8º Período	Ecodesenvolvimento e Sistemas Agroalimentares	4	40	32	72
	Economia Agrícola	4	40	32	72
	Introdução à Microeconometria	4	36	36	72
	Elaboração e Análise de Projetos	4	54	18	72
	Ética e Cidadania	4	72	-	72
	Trabalho e Educação	4	72	-	72
	Métodos Computacionais Aplicados à Gestão	4	36	36	72
	Econometria de Séries Temporais	4	36	36	72
	Libras	4	36	36	72

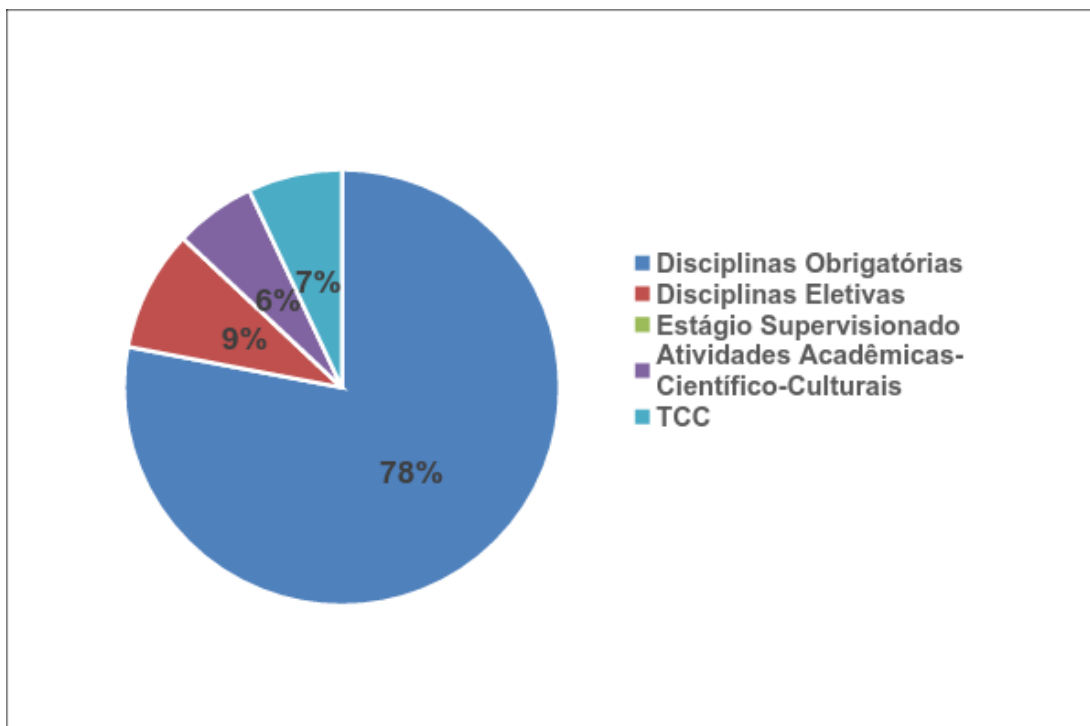
No que se refere à carga horária por componente curricular que compõe o Curso de Ciências Econômicas da Unidade Educacional Santana do Ipanema, Campus Sertão, este está distribuído da seguinte forma:

Quadro 7 – Distribuição da Carga Horária por Componente Curricular

COMPONENTES CURRICULARES	HORA /AULA 50 MIN	HORA/RELÓGIO 60 MIN	PERCENTUAL
Disciplinas obrigatórias	3.110	2.592	78%
Disciplinas eletivas	345	288	9%
Estágio Supervisionado	-	-	-
Atividades Acadêmicas Científico-Culturais	240	200	6%
TCC	288	240	7%

Carga horária total	3.983	3.320	100%
---------------------	-------	-------	------

Gráfico 1 – Distribuição da Carga Horária por Componente Curricular



4.1.2 Proposta Curricular

1º PERÍODO

Disciplina: FUNDAMENTOS DE SOCIOLOGIA

Ementa

Estimular a imaginação sociológica como experiência crítica da sociedade.

Bibliografia Básica

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MARX, Karl. **O capital**. 7.ed. Rio de Janeiro: Livros Tecnicos e Cientificos Editora S. A., 1982.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1972. 580 p.

Bibliografia Complementar

KERLINGER, Fred Nichols. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual**. São Paulo: EPU, 1980.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, Laymert Garcia. **Politizar as novas tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2003.

SORJ, Bernardo. **A nova sociedade brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.
 RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2012.

Disciplina: INTRODUÇÃO À FILOSOFIA

Ementa

Epistemologia e crítica da ciência. Empirismos. Racionalismos. Positivismos. Criticismos. Ceticismos. Reconhecimento de um diálogo entre os saberes e a internalização de novos paradigmas filosóficos.

Bibliografia Básica

DESCARTES, René. **Discurso do método; Meditações**. São Paulo: Martin Claret, 2008.
 PLATÃO. **A República**. 2.ed. São Paulo: Edipro, 2012.
 POPPER, Karl Raimund. **A lógica da pesquisa científica**. Cultrix: EDUSP, 1972.

Bibliografia Complementar

HUME, David. **Investigação sobre o entendimento humano**. São Paulo: Escala Educacional, 2006.
 KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. São Paulo: Martin Claret, 2009.
 KUHN, Thomas. S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 10. ed. Perspectiva, 2011.
 POPPER, Karl Raimund. **A lógica da pesquisa científica**. Cultrix: EDUSP, 1972.
 REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia, 6: de Nietzsche à Escola de Frankfurt**. São Paulo: Paulus, 2007.
 REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia, 7: de Freud à atualidade**. São Paulo: Paulus, 2008.

Disciplina: COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Ementa

Fundamentos e Princípios Básicos da Comunicação. Potencialidades e Problemas da Sociedade da Informação sob a égide das TICs. Produção e análise textual no mundo contemporâneo. Internet e o desenvolvimento das atividades socioeconômicas contemporâneas.

Bibliografia Básica

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet: Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2003. (Biblioteca: 316.422 C348i)
 LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane Price. **Sistemas de informação gerenciais**. 9.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. (Biblioteca: 658.011.56 L372e 9.ed.)
 VANOYE, Francis. **Usos da Linguagem: Problemas e Técnicas na Produção Oral e Escrita**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Biblioteca: 007 V272e)

Bibliografia Complementar

BATISTA, Emerson de Oliveira. **Sistemas de informação: o uso consciente da tecnologia para o gerenciamento**. São Paulo: Saraiva, 2006. (Biblioteca 658.011.56 B333s).
 CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2005. (Biblioteca 658.011.56 C348r).

FAULSTICH, Enilde L. de J. **Como ler, entender e redigir um texto**. 23.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. (Biblioteca 806.90 F263c)

JOHNSON, Steven. **Cultura da interface**: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. (Biblioteca: 658.011.56 J719i)

SANTOS, Laymert G. dos. **Politizar as novas tecnologias**: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2003. (Biblioteca 6:316 S237p).

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade** – teoria social da mídia. 15.ed. Petrópolis: Vozes, 2014. (Plataforma Biblioteca)

Disciplina: FUNDAMENTOS ÀS CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Ementa

Fundamentos básicos da teoria econômica; Conceitos iniciais das Ciências Econômicas; Apresentação do modo de pensar dos agentes econômicos, bem como seus comportamentos e interações.

Bibliografia Básica

MANKIWI, N. Gregory. **Introdução à economia**. 5.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (Orgs.). **Manual de introdução à economia**. São Paulo: Saraiva, 2006.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. 20.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Bibliografia Complementar

CANO, Wilson. **Introdução à Economia**: Uma abordagem crítica. São Paulo: UNESP, 1998.

MENDES, Judas Tadeu Grassi. **Economia**: Fundamentos e Aplicações. São Paulo, 2004.

O'SULLIVAN, Arthur. **Introdução à economia**: princípios e ferramentas. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2004. xiii, 471 p.

TROSTER, Roberto Luis; MOCHÓN MORCILLO, Francisco. **Introdução à economia**. Makron Books, 1994.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; ENRIQUEZ GARCIA, Manuel. **Fundamentos de economia**. 2. ed. Saraiva, 2004.. 246 p.

Disciplina: MATEMÁTICA I

Ementa

Estudo dos conceitos teóricos, metodológicos e básicos da matemática. Aprofundamento das concepções de conjuntos, relação, função e matemática. Análise e reflexão das técnicas de contagem, matrizes, determinantes e sistemas lineares. Conceitos de limite.

Bibliografia Básica

CHIANG, Alpha; WAINWRIGHT, Kevin. **Matemática para economistas**. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

GOLDSTEIN, Larry Joel; LAY, David C; SCHNEIDER, David I.; ASMAR, Nakhle H. **Matemática aplicada: economia, administração e contabilidade**. 12.ed. São Paulo: Bookman, 2012.

HARIKI, Seiji. **Matemática Aplicada: Administração, Economia, Contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 1999.

Bibliografia Complementar

DEMANA, Franklin D.; WAITS, Bert K.; FOLEY, Gregory, D.; KENNEDY, Daniel. **Pré-cálculo**. São Paulo: Pearson, 2013.

HOFFMANN, Laurence D. **Cálculo: Um Curso Moderno e suas aplicações**. 9.ed. Rio de

Janeiro: LTC S/A, 2008.

LEITHOLD, Louis. **Matemática Aplicada à Economia e Administração**. São Paulo: Editora Harbra Ltda., 2001.

SCHRÖDER, Bruno Henrique Versiani; SCHMIDT, Cristiane Alkmin Junqueira (Org.) et al. (). **MATEMÁTICA: questões comentadas das provas de 2004 a 2013**. 4.ed. Rio de Janeiro: SIMON; Carl; BLUME, Lawrence. **Matemática para economistas**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

Disciplina: METODOLOGIA CIENTÍFICA

Ementa

Compreender os processos e procedimentos metodológicos básicos necessários à produção de trabalhos técnicos e científicos de acordo com as normas vigentes.

Bibliografia Básica

OLIVEIRA NETTO, Alvim Antonio de. Metodologia da pesquisa científica: guia prático para a apresentação de trabalhos acadêmicos. 3. ed. Florianópolis: Visual Books, 2008.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

Bibliografia Complementar

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia científica. 5.ed. São Paulo: Pearson Education, 2002.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo; Atlas, 2002.

KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 27.ed.. Petrópolis: Vozes, 2002.

DIEHL, Astror Antonio; TAIM, Denise Carvalho. Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas. São Paulo: Pearson, 2004.

MARTINS, Gilberto de Andrade. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

2º PERÍODO

Disciplina: MATEMÁTICA II

Ementa

Estudo das ferramentas do Cálculo, de maneira a solidificar a compreensão dos conceitos de limite, derivada e integral, criando a capacidade de operar com os mesmos; Aplicação dessas ferramentas de forma contextualizada em problemas de otimização, processos decisórios e modelos econômicos.

Bibliografia Básica

CHIANG, Alpha; WAINWRIGHT, Kevin. **Matemática para economistas**. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

HOFFMANN, Laurence D. **Cálculo: Um Curso Moderno e suas aplicações**. 9.ed. Rio de Janeiro: LTC S/A, 2008.

SIMON; Carl; BLUME, Lawrence. **Matemática para economistas**. Porto Alegre: Bookman, 2004

Bibliografia Complementar

- BOULOS, Paulo. Cálculo diferencial e integral. São Paulo: Pearson Makron Books, c1999.
- GOLDSTEIN, Larry Joel; LAY, David C; SCHNEIDER, David I.; ASMAR, Nakhle H. **Matemática aplicada: economia, administração e contabilidade**. São Paulo: Bookman, 2013.
- HARIKI, Seiji. **Matemática Aplicada: Administração, Economia, Contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 1999.
- LEITHOLD, Louis. **Matemática Aplicada à Economia e Administração**. São Paulo: Editora Harbra Ltda., 2001.
- SCHRÖDER, Bruno Henrique Versiani; SCHMIDT, Cristiane Alkmin Junqueira (Org.) et al. (). **MATEMÁTICA: questões comentadas das provas de 2004 a 2013**. 4.ed. Rio de Janeiro:

Disciplina: INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Ementa

A disciplina tem por objetivo apresentar os fundamentos de Microeconomia e Macroeconomia a fim de capacitar os estudantes a compreender os fenômenos econômicos básicos; o comportamento dos consumidores e produtores no contexto de equilíbrio de mercado; a análise dos agregados macroeconômicos a luz das experiências brasileiras e noções de política macroeconômica.

Bibliografia Básica

- MANKIWI, N. Gregory. **Introdução à economia**. 5. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de (Orgs.). **Manual de introdução à economia**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. 20.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Bibliografia Complementar

- CANO, Wilson. **Introdução à Economia: Uma abordagem crítica**. 2.ed. São Paulo: UNESP, 2007.
- MENDES, Judas Tadeu Grassi. **Economia: Fundamentos e Aplicações**. São Paulo, 2004.
- TROSTER, Roberto Luís; MOCHON MORCILLO, Francisco. **Introdução à economia**. Makron Books, 1994.
- VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; ENRIQUEZ GARCIA, Manuel. **Fundamentos de economia**. 2. ed. Saraiva, 2004.. 246 p.
- SILVA, Adalberto Oliveira da. **Introdução à economia e gestão**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016.

Disciplina: NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO

Ementa

Apresentação dos conceitos e contribuições das teorias da administração. Noções básicas de administração. Principais funções administrativas. Capacitação para identificar as diversas influências que as diferentes escolas de pensamento da história da teoria geral da administração podem exercer sobre as práticas gerenciais.

Bibliografia Básica

- CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 8.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. **Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- HALL, Richard H. **Organizações: Estruturas, processos e resultados**. 8.ed. Rio de Janeiro:

Pretice-Hall do Brasil, 2004.

Bibliografia Complementar

ARAÚJO, Luis César G. de. **Teoria geral da administração: aplicação e resultados nas empresas brasileiras.** São Paulo: Atlas, 2003.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração: teoria, processo e prática.** São Paulo: Atlas, 2005.

MOTTA, Fernando C. Prestes. **Teoria geral da administração.** 3. ed. Thomson, 2006.

SANTOS, Reginaldo Souza (Org.). **Administração política como campo do conhecimento.** São Paulo: Mandacaru, 2004.

BATALHA, Mário Otávio. **Gestão agroindustrial: GEPAI: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Disciplina: ESTATÍSTICA I

Ementa

Abordagem conceitual, prática e aplicada de estatística descritiva, números, índices, probabilidade e distribuições de probabilidade discretas como ferramentas de análise e tomada de decisões baseadas em dados.

Bibliografia Básica

LARSON, Ron. FARBER, Betsy. **Estatística Aplicada.** 4.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

MORETTIN, Pedro Alberto; BUSSAB, Wilton O. **Estatística Básica.** 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

HOFFMANN, Rodolfo. **Estatística para economistas.** 4.ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

Bibliografia Complementar

ANDERSON, David R.; SWEENEY, Dennis J.; WILLIAMS, Thomas A. **Estatística aplicada à Administração e Economia.** 2.ed. São Paulo: Thomson Pioneira, 2007.

FREUND, John E. **Estatística aplicada: economia, administração e ciências contábeis.** 11.ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Curso de estatística.** 6.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

TRIOLA, Mario F. **Introdução à estatística.** 10.ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 2008.

Disciplina: INFORMAÇÃO CONTÁBIL PARA GESTÃO

Ementa

Introdução ao estudo dos conceitos e procedimentos contábeis aplicados à gestão e à compreensão das informações contábeis.

Bibliografia Básica

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica – livro texto.** 10.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Contabilidade empresarial.** 16.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PADOVEZE, Clovis L. **Manual de contabilidade básica: contabilidade introdutória e intermediária – texto e exercícios.** 8.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar

ABREU, Ari F. de. **Fundamentos de contabilidade utilizando o Excel.** São Paulo: Saraiva, 2006.

CRUZ, June A. W.; SCHIER, Carlos U. C; ANDRICH, Emir G. **Contabilidade introdutória – descomplicada – com atualização da lei 11.638 em vigor desde janeiro de 2008**. 5.ed. Curitiba: Juruá, 2011.

IUDICIBUS, Sérgio de. MARION, José Carlos. **Curso de contabilidade para não contadores**: para as áreas de administração, economia, direito e engenharia – livro texto. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MÜLLER, Aderbal N. **Contabilidade básica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

SILVA, Cesar Augusto Tiburcio; TRISTÃO, Gilberto. **Contabilidade básica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Disciplina: Disciplina: INTRODUÇÃO À PESQUISA

Ementa

Discussão interdisciplinar, em escala real, sobre uma base local. Integração e aplicação dos conteúdos, atividades e de avaliação dos progressos discentes no início do curso.

Bibliografia Básica

BAUER, Martins W.; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Tradução Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

POPPER, Karl Raimund; HEGENBERG, Leônidas; MOTA, Octanny Silveira da. (Trad.). A lógica da pesquisa científica. São Paulo: Cultrix, c1972. EDUSP, 567 p.

Bibliografia Complementar

KAUFFMAN, Jean-Claude. A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo. Petrópolis: Vozes; Maceió, AL: Edufal, 2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes; TAVARES, Dirce Encarnacion; GODOY, Herminia Prado. Interdisciplinaridade na pesquisa científica. Campinas: Papyrus Editora, 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.

CASTRO, Cláudio de Moura. A prática da pesquisa. 2. ed. São Paulo: Pearson Education : Prentice Hall, c2006.

3º PERÍODO

Disciplina: CONTABILIDADE SOCIAL

Ementa

Conceitos básicos de contabilidade social. Análise das Contas Nacionais do Brasil em termos agregados e desagregados (análise de insumo-produto). Mensuração e discussão sobre indicadores socioeconômicos.

Bibliografia Básica

FEIJÓ, Carmem Aparecida, RAMOS, Roberto Luiz. **Contabilidade Social**: a nova referência de Contas Nacionais do Brasil. 3.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

PAULANI, Leda Maria; BRAGA, Márcio B. **A nova Contabilidade Social**: uma introdução à macroeconomia. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

SIMONSEN, Mario Henrique; CYSNE, Rubens Penha. **Macroeconomia**. 4.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar

BÊRNI, Duilio de Ávila; LAUTERT, Vladimir. MESOECONOMIA: lições de contabilidade social: a mensuração do esforço produtivo da sociedade. Porto Alegre: Bookman, c2011.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. Economia brasileira contemporânea. 7. ed. Atlas, 2007.

LOPES, Luiz Martins; VASCONCELLOS, Marco Antonio S. (Orgs.). **Manual de Macroeconomia: Básico e intermediário**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MACROECONOMIA: questões comentadas das provas de 2005 a 2013. 4.ed. Rio de Janeiro: ELSEVIER, c2014.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. 7.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão pública: gestão pública aplicada: União, Estados e Municípios; gestão pública no Brasil, de JK à Lula; gestão orçamentária e financeira; a gestão fiscal responsável; tributação e orçamento; tópicos especiais em contabilidade pública; gestão das contas nacionais; gestão ecológica e ambiental** / 2. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2010.

Disciplina: HISTÓRIA ECONÔMICA GERAL

Ementa

Reflexão crítica sobre a formação da sociedade humana, considerada em seus principais modos de produção e do processo de formação e constituição econômica do capitalismo.

Bibliografia Básica

BEAUD, Michel. **História do capitalismo: de 1500 até nossos dias**. São Paulo: Brasiliense, 407 p, 1989.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 22. ed., rev. e ampli. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 295 p, 2010.

Bibliografia Complementar

BEAUD, Michel. **História do capitalismo: de 1500 até nossos dias**. São Paulo: Brasiliense, 407 p, 1989.

FRIEDEN, Jeffry A. **Capitalismo global: história econômica e política do século XX**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

KENNEDY, Paul M. **Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 675 p, 1989.

PIRENNE, Henri. **História econômica e social da Idade Média**. 6. ed.rev. e atual. São Paulo: Mestre Jou, 282 p, 1982.

Disciplina: ESTATÍSTICA II

Ementa

Apresentar uma abordagem conceitual, prática e aplicada das distribuições contínuas de probabilidade, teorema do limite central, distribuições amostrais, intervalos de confiança e testes de hipóteses.

Bibliografia Básica

LARSON, Ron. FARBER, Betsy. **Estatística Aplicada**. 4.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

MORETTIN, Pedro Alberto; BUSSAB, Wilton O. **Estatística Básica**. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

HOFFMANN, Rodolfo. **Estatística para economistas**. 4.ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

Bibliografia Complementar

ANDERSON, David R.; SWEENEY, Dennis J.; WILLIAMS, Thomas A. **Estatística para Administração e Economia**. 8.ed. São Paulo: Thomson Pioneira, 2003.

FREUND, John E. **Estatística aplicada: economia, administração e ciências contábeis**. 11.ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Curso de estatística**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

TRIOLA, Mario F. **Introdução à estatística**. 10.ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 2008.

Disciplina: MATEMÁTICA FINANCEIRA

Ementa

Aplicação dos princípios básicos do cálculo financeiro para tomada de decisão envolvendo fluxos financeiros. Compreensão dos conceitos juros simples e compostos, descontos e séries de pagamentos, correção monetária e inflação, sistemas de amortização e análise de investimentos.

Bibliografia Básica

AZEVEDO, Gustavo Henrique W. de. **Seguros, Matemática Atuarial e Financeira: uma abordagem introdutória**. São Paulo: Saraiva, 2008.

GIMENES, Cristiano Marchi. **Matemática Financeira: com Hp 12c e Excel: uma abordagem descomplicada**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

NETO, Alexandre A. **Matemática financeira e suas aplicações**. 8.ed São Paulo: Atlas, 2003.

Bibliografia Complementar

BRUNI, Adriano L.; FAMA, Rubens. **Matemática financeira: com HP 12C e Excel**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MATHIAS, Washington F.; GOMES, José Maria. **Matemática financeira**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SAMANEZ, Carlos Patricio. **Matemática financeira**. 5.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

SHINODA, Carlos. **Matemática financeira para usuários do Excel 5.0** 2.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

WESTON, J. Fred; BRIGHAM, Eugene F. **Fundamentos da administração financeira**. 10.ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

Disciplina: ECONOMIA POLÍTICA

Ementa

Estudo das relações econômicas de produção, circulação e distribuição de mercadorias, bem como dos postulados econômicos que regem tais relações no contexto da problemática social.

Bibliografia Básica

NAPOLEONI, Cláudio. **Curso de Economia Política**. 5.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA NETO, Júlio Gomes da. **Estado e capitalismo na presente internacionalização do capital**. Maceió: Edufal, 2007.

Bibliografia Complementar

BARBOSA, Wilson Nascimento. Uma teoria marxista dos ciclos econômicos. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). **Marx e Engels na História**. São Paulo: Ed. Xamã, 1996. p. 303-316.

BELLUZO, Luís Gonzaga de Melo. **Valor e Capitalismo**. Um ensaio sobre a Economia Política. Campinas: IE/UNICAMP, 1998.

MARX, Karl. **O capital**. 7.ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 1982.

MIGLIOLI, Jorge. **Acumulação de capital e demanda efetiva**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

4º PERÍODO

Disciplina: TEORIA MACROECONÔMICA I

Ementa

Macroeconomia: conceitos gerais e sua evolução. A macroeconomia clássica e o modelo keynesiano de determinação da renda. Equilíbrio no mercado de bens e no mercado financeiro – o modelo IS-LM. O modelo IS-LM em uma economia aberta – IS-LM-BP. Modelos keynesianos e monetaristas.

Bibliografia Básica

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 5.ed. São Paulo: Pearson Education: Prentice-Hall, c2011.

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; STARTZ, Richard. **Macroeconomia**. 10. ed. São Paulo, SP: Makron Books : McGraw-Hill, c2009.

FROYEN, Richard T. **Macroeconomia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. 7. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 2011.

Bibliografia Complementar

ALÉM, Ana Cláudia Duarte de. **Macroeconomia: teoria e prática no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2010.

BACHA, Carlos José Caetano; BACHA, Carlos José Caetano. **Macroeconomia aplicada à análise da economia brasileira**. Edusp, 2004.

BURDA, Michael.; WYPLOSZ, Charles. **Macroeconomia: uma abordagem européia**. 3 ed. Rio de Janeiro (RJ): Guanabara Koogan, 2005.

MILES, David.; SCOTT, Andrew. **Macroeconomia: compreendendo a riqueza das nações**. São Paulo: Saraiva, 2005.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 7. ed. Atlas, 2007.

LOPES, Luiz Martins; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de ((org.)). **Manual de macroeconomia: nível básico e nível intermediário**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MACROECONOMIA: questões comentadas das provas de 2005 a 2013. 4.ed. Rio de Janeiro: ELSEVIER, c2014.

SACHS, Jeffrey; LARRAÍN B., Felipe. **Macroeconomia**. São Paulo: Pearson Makron Books,

2006.

SIMONSEN, Mario Henrique; CYSNE, Rubens Penha; FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Macroeconomia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2009.

Disciplina: HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO

Ementa

Estudo dos fundamentos do conhecimento econômico (teóricos e metodológicos) com base nas contribuições das principais escolas.

Bibliografia Básica

CARNEIRO, Ricardo. **Os clássicos da economia**. Ática, 2v. (Fundamentos, 129-130), 1997.
 DOBB, Maurice Herbert. **A evolução do capitalismo**. 9.ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 396 p, c1987.
 FEIJÓ, Ricardo Luis Chaves. **História do pensamento econômico: de Lao Zi a Robert Lucas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007

Bibliografia Complementar

BARROSO FILHO, João. **O polêmico conceito de valor**. Maceió: EDUFAL, 44 p, 1996.
 BUCHHOLZ, Todd G. **Novas idéias de economistas mortos**. Rio de Janeiro: Record, 366 p, 2000.
 HUNT, E. K. **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1985.
 MARX, Karl. **O capital**. 7. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 395 p, c 1982.
 OLIVEIRA, Roberson de; GENNARI, Adilson Marques. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Saraiva, xvi, 415 p, 2009.

Disciplina: FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL

Ementa

Discussão sobre a trajetória evolutiva da economia brasileira, desde o início do processo da colonização portuguesa até a década de 1920.

Bibliografia Básica

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
 PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

Bibliografia Complementar

BECKER, Gary Stanley. **The economics of discrimination**. 2ed. Chicago: London, 167 p, 1971.
 GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 5. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 631 p, 2011.
 LAPA, Jose Roberto do Amaral. **Economia colonial**. São Paulo: Perspectiva, 299 p, 1973.

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Saraiva, xvii, 314 p, 2011.

SILVA, Sergio.; SILVA, Sergio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. 8. ed. São Paulo, 114 p, 1995.

Disciplina: ECONOMETRIA

Ementa

Estudar os modelos de regressão linear simples e múltipla aplicados a problemas econômicos, bem como soluções a partir da não validade de premissas básicas do modelo clássico.

Bibliografia Básica

STOCK, James H; WATSON, Mark W. **Econometria**. Boston: Pearson Addison Wesley, 2004.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Introdução à econometria: uma abordagem moderna**. São Paulo: CENGAGE Learning, 2011.

Bibliografia Complementar

GUJARATI, Damodar N; PORTER, Dawn C. **Econometria básica**. 5.ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2011.

HOFFMANN, Rodolfo. **Estatística para economistas**. 4. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

HILL, R. Carter; GRIFFITHS, William E; JUDGE, George G. **Econometria**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MADDALA, G. S. **Introdução à Econometria**. 3.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003.

Disciplina: TEORIA MICROECONÔMICA I

Ementa

Racionalidade econômica do processo de tomada de decisão dos consumidores e firmas. Estudo dos instrumentos adotados no processo de tomada de decisão dos agentes individuais.

Bibliografia Básica

BESANKO, David A.; BRAEUTIGAM, Ronald R. **Microeconomia: uma abordagem completa**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 2004.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. 7. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, c2009.

VARIAN, Hal R. **Microeconomia: uma abordagem moderna**. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

Bibliografia Complementar

CABRAL, Arnaldo Souza; CABRAL, Arnaldo Souza; YONEYAMA, Takashi. **Microeconomia: uma visão integrada para empreendedores**. São Paulo: Saraiva, 2008.

EHRENBERG, Ronald G; SMITH, Robert Stewart. **A moderna economia do trabalho: teoria e política pública**. 5. ed. Makron Books, 2000.

MANSFIELD, Edwin; YOHE, Gary Wynn. **Microeconomia**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SCHRÖDER, Bruno Henrique Versiani; SCHMIDT, Cristiane Alkmin Junqueira (Org.) et al. **Microeconomia: questões comentadas das provas de 2003 a 2012**. 2. ed. Rio de Janeiro: ELSEVIER: Campus, c2012.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. *Econometria: modelos & previsões*. Rio de Janeiro: ELSEVIER: Campus, c2004.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; OLIVEIRA, Roberto Guena de. **Manual de microeconomia**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

5º PERÍODO

Disciplina: TEORIA MACROECONÔMICA II

Ementa

Oferta e demanda agregada e a curva de Phillips. Expectativas adaptativas e racionais. Modelos novos-clássicos, novos-keynesianos e ciclos reais de negócios. Teorias do crescimento econômico exógeno, endógeno; teoria do capital humano e das instituições.

Bibliografia Básica

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 5.ed. São Paulo: Pearson Education: Prentice-Hall, c2011.

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; STARTZ, Richard. **Macroeconomia**. 10. ed. São Paulo, SP: Makron Books : McGraw-Hill, c2009.

FROYEN, Richard T. **Macroeconomia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

JONES, Charles I.; MONTEIRO, Maria José Cyhlar (Trad). **Introdução à teoria do crescimento econômico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

LOPES, Luiz Martins; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de ((org.)). **Manual de macroeconomia**: nível básico e nível intermediário. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. 7. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 2011.

Bibliografia Complementar

ALÉM, Ana Cláudia Duarte de. **Macroeconomia**: teoria e prática no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2010.

BACHA, Carlos José Caetano; BACHA, Carlos José Caetano. **Macroeconomia aplicada à análise da economia brasileira**. Edusp, 2004.

BURDA, Michael.; WYPLOSZ, Charles. **Macroeconomia**: uma abordagem européia. 3 ed. Rio de Janeiro (RJ): Guanabara Koogan, 2005.

MILES, David.; SCOTT, Andrew. **Macroeconomia**: compreendendo a riqueza das nações. São Paulo: Saraiva, 2005.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 7. ed. Atlas, 2007.

MACROECONOMIA: questões comentadas das provas de 2005 a 2013. 4.ed. Rio de Janeiro: ELSEVIER, c2014.

SACHS, Jeffrey; LARRAÍN B., Felipe. **Macroeconomia**. São Paulo: Pearson Makron Books, 2006.

SIMONSEN, Mario Henrique; CYSNE, Rubens Penha; FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Macroeconomia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2009.

Disciplina: ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO I

Ementa

Razões econômicas da existência do governo: eficiência dos mercados competitivos; falhas de mercado; teoria dos bens públicos; teoria da escolha pública. Atribuições econômicas do governo: funções fiscais do governo nas economias modernas; a provisão dos bens públicos e o crescimento dos gastos do governo; política fiscal, estabilização e distribuição de renda. Teoria da tributação: princípios teóricos da tributação; tributação e eficiência econômica; tributação e seus efeitos na economia; sistema tributário brasileiro. Finanças públicas no Brasil: noções de legislação em finanças públicas; responsabilidade fiscal dos governos e sua relação com o déficit público e a dívida pública.

Bibliografia Básica

BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo (Orgs.). **Economia do Setor Público no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GIAMBIAGI, FABIO; ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças Públicas**. Teoria e prática no Brasil. 4.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

RIANI, Flávio. **Economia do setor público: uma abordagem introdutória**. 5 ed. Rio de Janeiro, RJ: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., c2009.

Bibliografia Complementar

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; TONETO TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 7.ed. Atlas, 2007.

GIAMBIAGI, Fabio.; ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GIAMBIAGI, Fabio; GIAMBIAGI, Fabio et al. **Economia brasileira contemporânea: [1945-2010]**. 2.ed. Riode Janeiro: Elsevier, 2011.

PEREIRA, José Matias. **Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Disciplina: ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Ementa

Discussão sobre a economia brasileira, em seus principais aspectos, desde a industrialização restringida e o processo de substituições de importações (1929-1955) à reestruturação produtiva a partir dos anos 1990 e seu desempenho atual e perspectivas.

Bibliografia Básica

GIAMBIAGI, Fabio; GIAMBIAGI, Fabio (Org) et al. **Economia brasileira contemporânea: [1945-2010]**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 272 p, 2011.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 7. ed. Atlas, 659 p, 2007.

LACERDA, Antônio Corrêa de; RÊGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (Org.). **Economia brasileira**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 306 p, 2008.

Bibliografia Complementar

ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, 445 p, 1990.

BAER, Werner. **A economia brasileira: uma abordagem profunda da Economia Brasileira até 2008**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 541 p, 2009.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

CASTRO, Antonio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 225 p, c1985.

SINGER, Paul. **A crise do "milagre": interpretação crítica da economia brasileira**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 167 p, 1985.

Disciplina: TEORIA MICROECONÔMICA II

Ementa

Discussão sobre estruturas de mercado e as razões das suas falhas. Noções de Teoria dos Jogos. Equilíbrio Geral. Teoria do Bem-Estar.

Bibliografia Básica

BESANKO, David. A.; BEAUTIGAM, Ronaldo R. **Microeconomia**: uma abordagem completa. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

PINDYCK, Robert. S.; RUBINFELD, Daniel. L. **Microeconomia**. 7.ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

VARIAN, Hal R. **Microeconomia**: uma abordagem moderna. 8.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

Bibliografia Complementar

CABRAL, Arnaldo Souza; YONEYAMA, Takashi. **Microeconomia**: uma visão integrada para empreendedores. São Paulo: Saraiva, 2008.

MANSFIELD, Edwin; YOHE, Gary Wynn. **Microeconomia**. São Paulo: Saraiva, 2006. 640 p.

MANSFIELD, Edwin; YOKE, Gary. **Microeconomia**: Teoria e Aplicações. 11.ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

VASCONCELOS, Marco A. S.; OLIVEIRA, Roberto G. **Manual de Microeconomia**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SCHRÖDER, Bruno Henrique Versiani; SCHMIDT, Cristiane Alkmin Junqueira (Org.) et al. (). **Microeconomia: questões comentadas das provas de 2003 a 2012**. 2. ed. Rio de Janeiro: ELSEVIER: Campus, c2012. [337] p. (Questões ANPEC.).

Disciplina: ECONOMIA DO MEIO AMBIENTE

Ementa

Aprofundar a discussão sobre meio ambiente e desenvolvimento socioeconômico, enfatizando aspectos diretamente relacionados à realidade brasileira. Análise das vertentes teórico-metodológicas circunscrita à relação entre Economia e Meio Ambiente. Realizar discussão sobre aspectos ligados ao setor industrial, a matriz energética, a política ambiental, ao comércio internacional e às relações internacionais.

Bibliografia Básica

MAY, Peter (Org.). **Economia do Meio Ambiente**. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2005.

SOUZA, Luiz Eduardo Simões de. **Economia e sustentabilidade**. São Paulo: LCTE, 2008.

Bibliografia Complementar

- BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e meio ambiente**: as estratégias de mudanças da agenda 21. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MOURA, Luiz Antonio Abdalla de. **Economia ambiental**: gestão de custos e investimentos. 4. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.
- SAVITZ, Andrew W. **A empresa sustentável**: o verdadeiro sucesso e o lucro com responsabilidade social e ambiental. Rio de Janeiro: 2007.
- SEBRAE (Org.). **Inovação e sustentabilidade**: bases para o futuro dos pequenos negócios. São Paulo: SEBRAE, 2012.
- VAN BELLEN, Hans Michael. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

6º PERÍODO

Disciplina: ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO II

Ementa

Organização sistêmica das contas públicas no Brasil. O papel do orçamento público como instrumento da política fiscal. O processo orçamentário brasileiro: estrutura e ciclo orçamentário. Finalidades do orçamento público: o orçamento como instrumento de planejamento governamental e de gestão macroeconômica. Execução orçamentária: execução da receita e da despesa. Resultados da execução orçamentária: avaliação, reflexos e interações da gestão macroeconômica com a política econômica.

Bibliografia Básica

- GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 15.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias. **Contabilidade Pública – Uma Abordagem da Administração Financeira Pública**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- GIAMBIAGI, Fabio et. al. **Economia brasileira contemporânea**: [1945-2010]. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

Bibliografia Complementar

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.
- BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo ((org.)). **Economia do setor público no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, c2005.
- GIAMBIAGI, Fabio.; ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças públicas**: teoria e prática no Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- PEREIRA, José Matias. **Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- SÁNCHEZ, Félix; SÁNCHEZ, Félix. **Orçamento participativo**: teoria e prática. São Paulo: Cortez, c2002. 119 p. (Questões da nossa época ; 97).

Disciplina: ECONOMIA INTERNACIONAL

Ementa

Estudo dos fundamentos básicos da teoria do comércio internacional e dos instrumentos de política comercial. Integração Econômica. Influência da taxa de câmbio sobre as economias abertas.

Bibliografia Básica

CARBAUGH, Robert J. **Economia internacional**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

CAVES, Richard E.; FRANKEL, Jeffrey A.; JONES, Ronald Winthrop. **Economia internacional: comércio e transações globais**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. **Economia internacional**. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

Bibliografia Complementar

DIAS, Reinaldo; RODRIGUES, Waldemar ((Org.)). **Comércio exterior: teoria e gestão**. São Paulo (SP): Atlas, 2007.

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia internacional e comércio exterior**. 14.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SALVATORE, Dominick. **Economia internacional**. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos, c2000.

SALVATORE, Dominick. **Introdução à economia internacional: uma primeira edição**. São Paulo: LTC, 2007.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia internacional contemporânea: da depressão de 1929 ao colapso financeiro de 2008**. São Paulo: Atlas, 2009.

VELLOSO, João Paulo dos Reis (Coordenador). **A Nova ordem internacional e a terceira revolução industrial**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1992.

Disciplina: ECONOMIA DO SEMIÁRIDO

Ementa

Discussão acerca de elementos teóricos e empíricos inerentes a economia do semiárido, procurando problematizar a temática e identificando estratégias socioeconômicas que permitam discutir perspectivas de desenvolvimento para a Região do Semiárido Brasileiro, dando ênfase ao Semiárido Alagoano.

Bibliografia Básica

CONTI, Irio Luiz e SCHROEDER, Edni Oscar (orgs.). **Convivência com o semiárido brasileiro: autonomia e protagonismo social**. Vol. 2. Brasília: IABS, 2013. Disponível em: <http://editora.iabs.org.br/site/index.php/portfolio-items/>.

GUALDANI, Carla; FERNÁNDEZ, Luz; GUILLÉN, Maria Luisa. **Convivência com o semiárido brasileiro: reaplicando saberes através de tecnologias sociais**. Brasília: IAB, 2015. Disponível em: <http://editora.iabs.org.br/site/index.php/portfolio-items/>.

PRATES, Thierry Molnar; LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira. (Org.). **Desenvolvimento e economia regional: evidências do Nordeste e de Alagoas**. Maceió, AL: EDUFAL, 2018. Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 222 p.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ANGELOTTI, Francislene. **Mudanças climáticas e o Semiárido brasileiro: o papel da Embrapa Semiárido e suas ações de pesquisa**. Petrolina: Embrapa Semiárido, 2009.

Disponível em: <https://www.embrapa.br/semiarido/busca-de-publicacoes/-/publicacao/busca/semi%C3%A1rido?>

ARAÚJO, Tânia Bacelar de; SANTOS, Valdeci Monteiro dos. Desigualdades regionais e Nordeste em Formação Econômica do Brasil. In: ARAÚJO, Tarcisio Patrício de; VIANNA, Salvador Teixeira Werneck; MACAMBIRA, Júnior (Orgs.). **50 anos de Formação Econômica do Brasil**: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado. Rio de Janeiro: Ipea, 2009. p. 177-200. Disponível em: <http://ipea.gov.br>.

EMBRAPA SEMIÁRIDO. **Conhecimento, Tecnologia e Inovação**: Portfólio. Petrolina, PE: Embrapa Semiárido, 2014. Disponível em: <https://www.embrapa.br/semiarido/busca-de-publicacoes/-/publicacao/busca/semi%C3%A1rido?>

CAVALCANTI, Clovis (Org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

Disciplina: ECONOMIA MONETÁRIA

Ementa

Estudo dos fundamentos da Economia Monetária com base em seus aspectos conceituais, teóricos e de política monetária e intermediação financeira institucional, com ênfase no caso brasileiro.

Bibliografia Básica

BACHA, Carlos José Caetano. **Macroeconomia aplicada à análise brasileira**. São Paulo: Edusp, 2004.

HOWELLS, Peter; BAIN, Keith. **Economia monetária, moedas e bancos**. Rio de Janeiro: LTC, 2001.

SILVA, Maria de Lourdes Falcão (Org.). **Moeda e produção**. Teorias comparadas. Brasília: Editora da UnB, 1993.

Bibliografia Complementar

CARVALHO, Fernando J. Cardim de et. al. **Economia Monetária e Financeira**. São Paulo: Campus, 2007.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Economia Monetária e Financeira**. São Paulo: Pearson, 1999.

LOPES, João do Carmo; ROSSETI, José Pascoal. **Economia Monetária**. São Paulo: Atlas, 2005.

STIGLITZ, Joseph; GREENWALD, Bruce. **Rumo a um novo paradigma em Economia Monetária**. São Paulo: Francis, 2004.

Disciplina: TÉCNICA DE PESQUISA EM ECONOMIA

Ementa

Discussão acerca da pesquisa econômica como elo entre o teórico e o empírico, com base no seu planejamento, isto é, da elaboração do projeto à apresentação/divulgação de relatórios parcial e final. Análise de métodos e técnicas de pesquisa adotada em Economia.

Bibliografia Básica

BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de pesquisa**: propostas metodológicas. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

CASTRO, Cláudio de Moura. **A prática da pesquisa**. 2.ed. São Paulo: Pearson, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar

CARDANO, Mario. **Manual de pesquisa qualitativa**: a contribuição da teoria da argumentação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, Imre. **Falsificação e metodologia dos programas de investigação científica**. Lisboa: Ed. 70, 1999.

MARION, José Carlos; DIAS, Reinaldo; TRALDI, Maria Cristina. **Monografia para os cursos de administração, contabilidade e economia**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**. Planejamento e método. 2.ed. São Paulo: Brookman, 2001.

7º PERÍODO

Disciplina: ECONOMIA INDUSTRIAL

Ementa

Reflexão crítica sobre as estruturas de mercado abordadas pela Teoria Microeconômica (crítica ao *mainstream*). Análise de organizações industriais em sua interação com instituições como Estado, multinacionais, entre outros, e discussão sobre políticas e regulação dos mercados.

Bibliografia Básica

HASENCLEVER, Lia (Org.); DANTAS, Alexis Toríbio et al. (...). **Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.. xxvii, 640 p.

KON, Anita. **A Economia Industrial**. São Paulo: Nobel, 1999.

KUPFER, David; HASENCLEVER, Lia (Orgs.). **Economia Industrial: Fundamentos teóricos e práticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2013.

Bibliografia Complementar

BESANKO, David. A.; BEAUTIGAM, Ronaldo R. **Microeconomia**: uma abordagem completa. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

MANSFIELD, Edwin; YOHE, Gary Wynn. **Microeconomia: teoria e aplicações**. São Paulo: Saraiva, 2006. xxii, 640p.

PINDYCK, Robert. S.; RUBINFELD, Daniel. L. **Microeconomia**. 7.ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

VARIAN, Hal R. **Microeconomia: uma abordagem moderna**. 8.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

VASCONCELOS, Marco A. S.; OLIVEIRA, Roberto G. **Manual de Microeconomia**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

Disciplina: SEMINÁRIO DE PESQUISA

Ementa

Espaço de orientação sistemático na estruturação dos projetos de pesquisa de TCC. Acompanhamento das atividades de pesquisa constituído de uma agenda de avaliação dessas propostas e da exposição oral das mesmas. Serão verificados os requisitos básicos a definir: delineamento da questão-problema; definição do objeto a ser investigado; avaliação

bibliográfica pertinente e relevante com possibilidade de novas propostas; avaliação da adequação entre o problema e a metodologia a ser empregada; viabilidade da pesquisa, meios e fontes a utilizar. A avaliação e orientação substantivas finais serão de competência dos orientadores.

Bibliografia Básica

Contempla todas as referências bibliográficas utilizadas no curso de Ciências Econômicas, da Unidade Educacional Santana do Ipanema, além das específicas provenientes dos Trabalhos de Conclusão de Curso que serão trabalhados no âmbito da disciplina.

Disciplina: DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Ementa

Reflexão crítica sobre as diferentes abordagens teórico-metodológicas e experiências de desenvolvimento socioeconômico, com ênfase no caso brasileiro.

Bibliografia Básica

FEIJÓ, Ricardo. **Desenvolvimento Econômico**: modelos, evidências, opções políticas e o caso brasileiro. São Paulo: Atlas, 2007.

FRIEDEN, Jeffry A. **Capitalismo global**: história econômica e política do século XX. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

Bibliografia Complementar

CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

CAVALCANTI FILHO, Arnóbio, (Org.). **Superando a estagnação**. Maceió: EDUFAL, 2006.

FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **O capitalismo global**. 7.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

8º PERÍODO

Disciplina: ANÁLISE DE INVESTIMENTO

Ementa

Métodos de Avaliação de Investimentos. Índices de Rentabilidade: ROE x ROI. Índices Intermediários: payback simples. Índices Financeiros: payback atualizado, valor presente líquido (VPL), taxa interna de retorno (TIR) e índice de lucratividade. Incerteza e Projetos de Investimentos: risco e taxa de atualização, análise de sensibilidade. Avaliação de uma empresa.

Bibliografia Básica

CASAROTTO FILHO, Nelson, KOPITCKE, Bruno Hartmut. **Análise de Investimentos**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MOTTA, R. R., CALÔBA, G. M. **Análise de investimentos: tomada de decisão em**

projetos industriais. São Paulo: Atlas, 2002.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos. **Fundamentos de Avaliação de Empresas.** São Paulo: Atlas, 2005.

Bibliografia Complementar

CALÔBA, Guilherme M. Análise de investimentos: tomada de decisão em projetos industriais. São Paulo: Atlas, 2002.

CAMARGO, Camila. **Análise de Investimentos e Demonstrativos Financeiros.** Curitiba: Ibplex, 2007.

CLEMENTE, Ademir. Decisões financeiras e análise de investimentos : fundamentos, técnicas e aplicações / Alceu Souza, Ademir Clemente. 6. ed. São Paulo : Atlas, 2008.

GITMAN, Lawrence J.; MADURA, Jeff. **Administração Financeira:** uma abordagem gerencial. Pearson: E-book..

MACEDO, Joel de Jesus. Análise de Projeto e Orçamento Empresarial. Editora Intersaberes.

Disciplina: DIREITO ECONÔMICO

Ementa

Discussão sobre a política econômica e o ordenamento jurídico. Análise dos fundamentos do direito econômico, com ênfase no caso brasileiro.

Bibliografia Básica

NUSDEO, Fábio. Curso de economia: introdução ao direito economico. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. 383 p.

FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. Lições de direito econômico. 5. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2012. xxi, 772 p.

GRAU, Eros Roberto. A ordem econômica na Constituição de 1988: interpretação e crítica. 10 ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2005. 291p.

PETTER, Lafayette Josué. Princípios constitucionais da ordem econômica: o significado e o alcance do art. 170 da Constituição Federal. 2. ed. São Paulo: 2008. R. dos Tribunais, 365p.

Bibliografia complementar

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. Curso de direito administrativo. 11.ed. Salvador, BA: JusPodivm, 2011.. 686 p.

GARCIA, Leonardo de Medeiros. Direito do consumidor: lei n. 8.078/1990 : dicas para realização de provas de concursos artigo por artigo, com questões..... 6.ed., rev. ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2012. 385 p. (Coleção de Leis especiais para concursos ;

LAZZARINI, Marilena ((coord.)). Direitos do consumidor de A a Z. São Paulo: Globo, 2001.. 170 p.

LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.. 1196 p.

MEIRELLES, Hely Lopes,; AZEVEDO, Eurico de Andrade.; ALEIXO, Dêlcio Balestero.;

BURLE FILHO, José Emmanuel. Direito administrativo brasileiro. 37. ed. São Paulo: Malheiros, 2011. 894 p.

Disciplina: ECONOMIA DE ALAGOAS

Ementa

Discussão sobre a economia alagoana e sua inserção no contexto regional e nacional, de seus primórdios à atualidade. Análise de fatores condicionantes do crescimento econômico e dos reduzidos índices de desenvolvimento humano.

Bibliografia Básica

- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- CARVALHO, Cícero Péricles de. **Economia popular**: uma via de modernização para Alagoas. 5.ed. Maceió: EDUFAL, 2012.
- CARVALHO, Cícero Péricles de. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucro-alcooleira alagoana**. Maceió: EDUFAL, 2009.
- GOMES, Fábio Guedes. **Ensaio sobre o subdesenvolvimento e a economia política contemporânea**. São Paulo: Hucitec, 2014.
- LIRA, Fernando. **Corrupção e pobreza no Brasil**: Alagoas em destaque. Maceió: EDUFAL, 2005.
- LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira. **O pólo cloroquímico de Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 1997.
- PRATES, Thierry Molnar; LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira. (Org.). **Desenvolvimento e economia regional**: evidências do Nordeste e de Alagoas. Maceió, AL: EDUFAL, 2018.
- ROSÁRIO, Francisco José Peixoto. **Micro e pequenas empresas na economia Alagoana**: o panorama, a inovação, o crédito e um futuro. Maceió: Edufal, 2017.

Bibliografia Complementar

- ANDRADE, Manuel Correia de. **Os rios-do-açúcar do nordeste oriental**: os rios Coruripe, Jiquiá e São Miguel. 2. ed. Maceió: EDUFAL, 2010.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Usinas e destilarias das Alagoas**: uma contribuição ao estudo da produção do espaço. Maceió: EDUFAL, 1997.
- CABRAL, Luiz Antonio Palmeira. **Planos de desenvolvimento de Alagoas: 1960-2000**. Maceió: EDUFAL, SEPLAN, 2005.
- CARVALHO, Cícero Péricles de. **Pindorama**: a cooperativa como alternativa ou as razões que fizeram possível a inserção competitiva de ação de pequenos produtores numa região dominada pelo latifúndio, monocultura e trabalho servil. Maceió: EDUFAL, 2005.
- COSTA, Craveiro; CABRAL, Torquato. **Indicador geral do estado de Alagoas**. Maceió, AL: EDUFAL, 2016.
- DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **População e açúcar no nordeste do Brasil**. 2. ed. Maceió: EDUFAL, 2012.
- FRANÇA, José Nascimento de (Org.). **Agricultura familiar e reforma agrária em Alagoas**: alguns elementos. Maceió: EDUFAL, 2011.
- LIMA, Araken Alves de. **Evolução da agroindústria canavieira alagoana no século XX**. Maceió: EDUFAL, 2014.
- LIMA, Conceição Maria Dias de. **Cooperativa e desenvolvimento territorial**: o caso da Cooperativa Pindorama - Alagoas . Recife: UFPE; UNEAL, 2012.
- LIMA JÚNIOR, Felix. **Maceió de outrora**: obra póstuma. Maceió: EDUFAL, 2001. v. 2.
- SILVA, Alexandre Manoel Angelo da (Org.). **Economia de Maceió**: diagnóstico e propostas para construção de uma nova realidade. Brasília, DF: EDUFAL, IPEA, 2013.
- SILVA, Aurino Vieira da. **Histórias da contabilidade e da economia em alagoas**. Maceió:

Atual, [200?].

SOUZA, Dilson Renan de. **Reforma agrária: as experiências em Alagoas (1980/2000)**. Maceió: EDUFAL, 2001.

VERAS, Edimilson Correia. **Introdução à crise da economia alagoana**. Maceió: EDUFAL, 1997.

VERÇOSA, Elcio de Gusmão (Org). **Intelectuais e processos formativos em Alagoas: (séculos XIX – XX)**. Maceió: EDUFAL, 2008.

DISCIPLINAS ELETIVAS

7º PERÍODO

Disciplina: EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO SEMIÁRIDO

Ementa

Discussão sobre os princípios básicos de empreendedorismo, inclusive empreendedorismo social, e de gestão de pequenos negócios. Análise e aplicação destes princípios na fundação e operacionalização de uma pequena e/ou média empresa. Discussão sobre o empreendedorismo no semiárido.

Bibliografia Básica

BARON, Robert A., SHANE, Scott A. **Empreendedorismo: uma visão do processo**. São Paulo: Thomson, 2007.

DOLABELA, Fernando. **O segredo de Luísa**. São Paulo: Cultura, 2008.

DRUCKER, Peter. **Inovação e espírito empreendedor**. São Paulo: Cengage Learning, 1986.

Bibliografia Complementar

BATALHA, M. O. *et al.* **Gestão agroindustrial**. São Paulo: Atlas, 1997.

CHER, Rogério. **O meu próprio negócio**. São Paulo: Negócio, 2002.

FILION, Louis J.; DOLABELA, Fernando. **Boa idéia! E agora**. São Paulo: Cultura, 2000.

JULIEN, Pierre-André. **Empreendedorismo regional e economia do conhecimento**. São Paulo: Saraiva, 2010.

LONGENECKER, J. G.; MOORE, C. W.; PETTY, J. W.; PALICH, L. E. **Administração de pequenas empresas**. 13.ed. São Paulo: Thomson, 2007.

Disciplina: POLÍTICAS PÚBLICAS

Ementa

Compreender estudar e discutir o papel do estado diante das falhas do mercado e o comprometimento das organizações do terceiro setor em substituir o primeiro setor e o segundo na políticas públicas aplicadas, seu papel de amortecimento na constante tensão entre o público e o privado. Gestão das organizações do Terceiro Setor - diferentes formas organizacionais e suas articulações com as políticas públicas e com a produção dos serviços públicos. Delineamento do campo da práxis e científico de estudo dessas organizações. Natureza e ação socioeconômica de organizações do Terceiro Setor. Interfaces sociedade civil/Estado/setor privado. A gestão de organizações do Terceiro Setor. Formas de gestão das Organizações do Terceiro Setor. Gestão Financeira e sustentabilidade das organizações.

Bibliografia Básica

BNDES. **Programa de Apoio a Crianças e Jovens em Situação de Risco Social**. Área Social, 2000.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Reforma do Estado para a Cidadania**. São Paulo: Editora 34, 2002.

COMUNIDADE SOLIDÁRIA. Marco Legal do Terceiro Setor. **Cadernos do Comunidade Solidária**, n. 5. Brasília, 1998.

Bibliografia Complementar

COMUNIDADE SOLIDÁRIA. **OSCIPIP – A Lei 9.790/99 como Alternativa ao Terceiro Setor**. Brasília: Comunidade Solidária/Ministério da Justiça, 2000.

GIFE. **Investimento Social Privado no Brasil: Perfil e Catálogo dos Associados GIFE**. São Paulo: GIFE, 2001.

LANDIM, Leilah; BERES, Neide. **As Organizações Sem Fins Lucrativos no Brasil: Ocupações, Despesas e Recursos**. Rio de Janeiro: Iser/John Hopkins University; Nau Editora, 1999.

PAULO NETO, Francisco; FROES, César. **Responsabilidade Social e Cidadania Empresarial - A Administração do Terceiro Setor**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

Disciplina: ECONOMIA POLÍTICA DA COMUNICAÇÃO***Ementa***

Trata-se de um eixo teórico-metodológico interdisciplinar, o qual seu estudo busca melhor compreensão das relações sociais, principalmente as relações de poder, que constituem produção, distribuição, consumo e regulação de bens simbólicos.

Bibliografia Básica

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985. p. 113-156.

KUPFER, David; HASENCLEVER, Lia (Orgs.). **Economia industrial: Fundamentos teóricos e práticas no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2013.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia Complementar

FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009. (Biblioteca 339 F992c)

KUPFER, David; HASENCLEVER, Lia (Coord). **Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier: Campus, 2013.

MARX, Karl. **O capital**. 7. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 1982. (Biblioteca: 330.14.01 M392d)

NOBRE, Marcos (Org.). **Curso livre de Teoria Crítica**. Campinas: Papirus Editora, 2008. (Plataforma BVU)

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade – teoria social da mídia**. 15.ed. Petrópolis: Vozes, 2014. (Plataforma BVU)

Disciplina: CULTURA E CONSUMO

Ementa

Consumo, cultura e trocas simbólicas. Consumo, patrimônio material, imaterial e ambiental e suas relações com o turismo. Produção, circulação, distribuição e usos dos bens culturais. Consumo e cultura urbana: das ruas aos shoppings. Consumo, mídia e novas tecnologias digitais.

Bibliografia Básica

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Zahar, c 1944. 223 p.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 6. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2005. 3 v (A era da informação : economia, sociedade e cultura - A era da informação: economia,sociedade e cultura).

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

Bibliografia Complementar

JOHNSON, Steven. *Cultura da interface: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, c2001. 189 p.

LAPLANTINE, François. *Transatlântico: entre Europa e Américas Latinas*. Maceió: EDUFAL, 2009. 295 p.

MARX, Karl. **O capital**. 7.ed. Rio de Janeiro: Livros Tecnicos e Cientificos Editora S. A., 1982.

PORTILHO, Fátima; PORTILHO, Fátima. *Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania*. São Paulo: Cortez, 2005. 255 p. ISBN 9788524911545 (broch.).

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1972. 580 p

8º PERÍODO

Disciplina: ECONOMIA AGRÍCOLA

Ementa

Discussão sobre o setor agropecuário no contexto da economia brasileira, dos primórdios da colonização à atualidade, com ênfase no caso nordestino, bem como seus desafios e perspectivas. Considerações gerais acerca do sistema agroindustrial. Análise dos instrumentos de política econômica que afetam o setor agrícola. Gestão dos estabelecimentos rurais. Gestão mercadológica.

Bibliografia Básica

BACHA, Carlos José Caetano. **Economia e política agrícola no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BATALHA, Mario Otavio (Org.). **Gestão Agroindustrial**. 3.ed. Ribeirão Preto: GEPAL, 2007.

BRASIL rural contemporâneo: estratégia para um desenvolvimento rural de inclusão. Londrina: EDUEL, 2004.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BATALHA, Mário Otávio. **Gestão do agronegócio**: textos selecionados. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2009.

CARVALHO, Cícero Péricles de. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucro-alcooleira alagoana**. Maceió: EDUFAL, 2009.

IANNI, Octavio. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SANTOS, Fabiano Santana dos. **Comércio justo e empoderamento**: estratégias de pequenos produtores rurais vinculados ao sistema cooperativista. Maceió, AL: EDUFAL, 2015.

Disciplina: ECONOMIA POLÍTICA DO RENTISMO E O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

Ementa

Investigar o processo de acumulação historicamente para identificar os fatores que contribuem para a formação de que capital que não atua na esfera produtiva, bem como analisar as formas de capital fictício por onde este capital excedente se reproduz parasitariamente. De que forma a crítica da economia política constata a crise capitalista e o papel do Estado capitalista, que atua através da política econômica no sentido de contrapor esta crise e seus limites no financiamento do desenvolvimento capitalista contemporâneo.

Bibliografia Básica

BRAGA, José Carlos Souza. A Financeirização da Riqueza: A Macroestrutura Financeira e a Nova Dinâmica dos Capitalismos Centrais. **Rev. Economia e Sociedade**, n.2, ago. 1993.

BROWN, Michael B. **A Economia Política do Imperialismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

BRUNHOFF, Suzanne. **A Moeda em Marx**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Bibliografia Complementar

BUKHARIN, Nikolai. **O Imperialismo e a Economia Mundial**. Rio de Janeiro: Editora Laemmert, 1969.

_____. **La Economia Política del Rentista**. Barcelona: Editorial Laia, 1974.

CARCANHOLO, Marcelo. Abertura Externa e Liberalização Financeira: Impactos sobre Crescimento e Distribuição no Brasil nos anos 90. 2002. Tese (Doutorado em Economia), Programa de Pós-Graduação em Economia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2002.

CARCANHOLO, Reinaldo A.; NAKATANI, Paulo. **O capital especulativo parasitário**: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 3, Niterói, 1998. **Anais do III Encontro Nacional de Economia Política**. Niterói: SEP/UFF, 1998. p. 304-316.

Disciplina: INTRODUÇÃO À MICROECONOMETRIA

Ementa

Problema de endogeneidade no modelo de Mínimos Quadrados Ordinários e o efeito causal com o método de variáveis instrumentais. Modelos de escolha discreta e de dados truncados e

censurados. Modelos de dados em painel. Aplicação da microeconometria na Economia Social e na avaliação de políticas públicas.

Bibliografia Básica

GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C. **Econometria básica**. 5.ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2011.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Introdução à econometria: uma abordagem moderna**. São Paulo: CENGAGE Learning, 2011

Bibliografia Complementar

HILL, R. Carter; GRIFFITHS, William E; JUDGE, George G. **Econometria**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MADDALA, G. S. **Introdução à Econometria**. 3.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003.

HOFFMANN, Rodolfo. **Estatística para economistas**. 4.ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

STOCK, James H; WATSON, Mark W. **Econometria**. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2004.

Disciplina: ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS

Ementa

Estudo e aplicação de técnicas de elaboração e análise de projetos.

Bibliografia Básica

BUARQUE, Cristóvam. **Avaliação econômica de projetos**. Rio de Janeiro: Campus, 1984.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Administração de projetos: como transformar idéias em resultados**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

WOILER, Sansão; MATHIAS, Franco. **Projetos: Planejamento, elaboração e análise**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Bibliografia Complementar

CASAROTTO FILHO, Nelson, KOPITCKE, Bruno Hartmut. **Análise de Investimentos**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CLEMENTE, Ademir. **Projetos empresariais e públicos**. 2. São Paulo. ATLAS, 2003.

HOLANDA, Nilson. **Planejamento de projetos**. Rio de Janeiro: Editora APEC, 1985.

MENEZES, Luís César de Moura. **Gestão de Projetos**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RIBEIRO, Carlos Vitor Timo. **Como fazer projetos de viabilidade econômica: manual de elaboração**. Cuiabá: Edunic, 2000.

Disciplina: ÉTICA E CIDADANIA

Ementa

O estudo versa sobre as definições e práticas dos valores morais e da ética pessoal e profissional na sociedade contemporânea. A contribuição da ética no contexto técnico-científico, acadêmico e para o exercício da cidadania. A inter-relação entre ética e moral na dimensão da sociedade disciplinar e no controle social. A abordagem da ética como imperativo interdisciplinar, nas relações socioambientais, de classe social, de gênero e relações étnico-raciais.

Bibliografia Básica:

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas.** 12.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

FOUREZ, Gérard. **A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995. **Disponível em:** <astro.if.ufrgs.br/fis2008/Fourez.pdf>. Acesso em: 30 de set. 2016.

VAZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Bibliografia Complementar:

AMOÊDO, Sebastião. **Ética do trabalho na era da pós-qualidade.** 2.ed. Qualitymark, 2007.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CAMARGO, Marculino. **Fundamentos de ética geral e profissional.** Petrópolis: Vozes, 2009.

HORTAL, Augusto. **Ética das profissões.** São Paulo: Loyola, 2006.

MARCONDES, Danilo. **Textos Básicos de ética: de Platão a Foucault.** Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

Disciplina: TRABALHO E EDUCAÇÃO***Ementa***

Problematização do princípio fundante do trabalho nos espaços da formação humana. A intervenção da ordem sociometabólica do capitalismo contemporâneo no processo de escolarização do trabalho. A centralidade do mundo do trabalho na sua materialidade com os processos educativos. As mediações entre o trabalho e a educação como bases norteadoras para sociabilidade ontológica do ser social, nas dimensões socioeconômicas, socioespaciais e socioambientais.

Bibliografia Básica

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens: trabalho e ser social.** São Paulo: Boitempo, 2002.

MAGALHÃES, Belmira Rita da Costa; BERTOLDO, Maria Edna de Lima (Orgs.). **Trabalho, educação e formação humana.** Maceió: EDUFAL; PPGE/CEDU, 2005.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana.** Maceió: EDUFAL, 2013.

Bibliografia Complementar

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real.** São Paulo: Cortez, 1995.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos: texto integral.** Martin Claret, 2004.

MÉSZÁROS, Istvan. **A educação para além do capital.** 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

TONET, Ivo. **Educar para a Cidadania ou para a Liberdade?** São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

Disciplina: MÉTODOS COMPUTACIONAIS APLICADOS À GESTÃO***Ementa***

Apresentar os princípios básicos métodos computacionais com a utilização de softwares de produtividade pessoal para os negócios aos alunos de Ciências Contábeis e Economia,

dotando-os com conceitos e ferramentas fundamentais necessárias para ganhar competitividade no mercado de trabalho.

Bibliografia Básica

LEVINE, David M; STEPHAN, David F.; KREHBIEL, Timothy C; BERENSON, Mark L. **Estatística: teoria e aplicações**: usando o microsoft excel em português. 6.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

SOUZA, João Nunes de. **Lógica para ciência da computação**: uma introdução concisa. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

LACHTERMACHER, Gerson. **Pesquisa operacional**: na tomada de decisões. 4.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

Bibliografia Complementares

ABREU, Ari Ferreira de. **Fundamentos da contabilidade**: utilizando o excel. São Paulo: Saraiva, 2006.

BARROSO, Leônidas Conceição; BARROSO, Magali Maria de Araujo; CAMPOS, Frederico Ferreira. **Cálculo numérico**: (com aplicações). 2.ed. São Paulo: Harbra, 1987.

LAPPONI, Juan Carlos. **Estatística usando excel**. 4.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, 2005.

SPRINGERLINK (ONLINE SERVICE). **Principles and Practice of Constraint Programming Programming**: 14th International Conference. Sydney: Springerlink, 2008.

Disciplina: ECONOMETRIA DE SÉRIES TEMPORAIS

Ementa

Estudar os principais modelos econométricos para tratamento de séries de tempo estacionárias não estacionárias aplicando a problemas da economia.

Bibliografia Básica

BUENO, Rodrigo De Losso da Silveira. **Econometria de séries temporais**. 2.ed. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2012.

STOCK, James H; WATSON, Mark W. **Econometria**. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2004.

Bibliografia Complementar

MORETTIN, Pedro A. **Econometria financeira**: um curso em séries temporais financeiras. São Paulo: Blücher, 2008.

MORETTIN, Pedro Alberto; TOLOI, Clélia Maria de Castro. **Análise de séries temporais**. São Paulo: Blücher, 2004.

GUJARATI, Damodar N; PORTER, Dawn C. **Econometria básica**. 5.ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2011.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à Econometria**: Uma Abordagem Moderna. São Paulo: Thomson, São Paulo, 2006.

Disciplina: LIBRAS

Ementa

Estudo dos fundamentos da Língua Brasileira de Sinais com noções práticas de sinais e

interpretação, destinado às práticas pedagógicas na educação inclusiva.

Bibliografia Básica

BRITO, Lucinda Ferreira. **Por uma gramática de Língua de Sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UFRJ, Departamento de Linguística e Filologia, 1995.

COUTINHO, Denise. **Libras e Língua Portuguesa: semelhanças e diferenças**. João Pessoa Editor: Arpoador, 2000.

FELIPE, Tanya A. **Libras em contexto: curso básico, livro do estudante cursista**. Brasília: Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos, MEC, SEESP, 2001.

Bibliografia Complementar

QUADROS, Ronice M., KARNOPP, Lodernir Becker. **Línguas de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LOPES FILHO, Otacílio (Org.). **Tratado de fonoaudiologia**. São Paulo: Roca, 1997.

SACKS, Oliver W. **Vendo Vozes: uma viagem a mundo dos surdos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SALLES, Heloísa M. M. Lima et. al. **Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para uma prática**. 2 v. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília, MEC, SEESP, 2005.

Atividades Acadêmicas Científico-Culturais

O aluno deverá cumprir carga horária de 200 horas referente à realização das Atividades Acadêmicas Científico-Culturais. Segundo as novas Diretrizes, de natureza obrigatória, são recomendáveis por estimularem práticas e estudos independentes, de acordo com o interesse acadêmico ou profissional do formando. Nesta perspectiva, as atividades complementares que os alunos do curso de Ciências Econômicas da UFAL, Unidade Educacional Santana do Ipanema, Campus do Sertão, devem desenvolver classificam-se nos seguintes grupos:

GRUPO 1 - ATIVIDADES DE ENSINO: compreende as seguintes atividades:

- Disciplinas oferecidas pela UFAL e por outras instituições de ensino ou de regulamentação e supervisão do exercício profissional desde que em cursos reconhecidos;
- Disciplinas ou conteúdos que não estejam previstos neste projeto em cursos reconhecidos;
- Estudos desenvolvidos em cursos sequenciais ou em cursos de pós-graduação em Ciências Econômicas ou em áreas correlatas e
- Monitoria.

GRUPO 2 - ATIVIDADES DE EXTENSÃO: compreende as seguintes atividades:

- Conhecimentos e competências adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, sobretudo, com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade;
- Programas da instituição com relação à comunidade;
- Participação em programas de governo;
- Participação em Jornadas, Simpósios, Congressos, Seminários, Encontros, Palestras, Conferências, Debates, Mesas Redondas, Fóruns e outros e
- Participação em Empresas Júnior e/ou em estágios curriculares não-obrigatórios em instituições diversas.

GRUPO 3 - ATIVIDADES DE PESQUISA: compreende as seguintes atividades:

- Participação em Programa de Iniciação Científica;
- Participação em Programas Especiais de Treinamento (PET);
- Participação em Grupos e Núcleos Temáticos de Pesquisa e
- Participação em outras atividades de pesquisa.

GRUPO 4 - ATIVIDADES DE REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL: compreende as seguintes atividades:

- Participação em Entidades Estudantis;
- Participação no Colegiado do Curso e
- Participação conjunta na organização de eventos acadêmicos.

Além das atividades que compõem esses quatro grupos, fica reservado ao Colegiado do curso a definição de outras Atividades Acadêmicas Científico-Culturais, considerando ainda que os alunos devam participar de pelo menos dois grupos dos explicitados acima.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

No âmbito do Curso de Ciências Econômicas, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) está normatizado internamente por resolução específica para esta atividade acadêmica, cuja versão corrente foi aprovada em reunião do Colegiado em 25 de outubro de 2016 (ver Apêndice). Para ela foi destinada uma carga horária de 240 horas, sendo esta uma das atividades necessárias para a integralização da carga horária total do curso.

Ocorre ainda que o Trabalho de Conclusão de Curso está institucionalizado através da Resolução Nº 25/2005 (CEPE), de 26 de outubro de 2005 que em seu artigo 18 afirma:

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é componente curricular obrigatório em todos os Projetos Pedagógicos dos Cursos da UFAL, assumindo a seguinte conformação:

I - O TCC não se constitui como disciplina, não tendo, portanto, carga horária fixa semanal, sendo sua carga horária total prevista no PPC e computada para a integralização do Curso.

II - A matrícula no TCC se dará automaticamente a partir do período previsto no Projeto Pedagógico do Curso para a sua elaboração, não tendo número limitado de vagas, nem sendo necessária a realização de sua matrícula específica no Sistema Acadêmico.

III - A avaliação do TCC será realizada através de 01 (uma) única nota, dada após a entrega do trabalho definitivo, sendo considerada a nota mínima 7,0 (sete), nas condições previstas no PPC.

IV - Caso o aluno não consiga entregar o TCC até o final do semestre letivo em que cumprir todas as outras exigências da matriz curricular, deverá realizar matrícula-vínculo no início de cada semestre letivo subsequente, até a entrega do TCC ou quando atingir o prazo máximo para a integralização do seu curso, quando então o mesmo será desligado.

Nesta perspectiva, cada PPC toma a para si a responsabilidade de definir a forma de realização, acompanhamento, apresentação e avaliação do TCC, estabelecendo normas próprias. Assim, no que se refere ao Curso de Ciências Econômicas da Unidade Educacional Santana do Ipanema, Campus Sertão, o Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser concretizado a partir da produção de uma Monografia, individual, sendo está uma atividade obrigatória que deve ter as seguintes características:

1. Deve ser orientado por um professor;
2. Obedecer às normas técnicas vigentes para efeito de publicação de trabalhos científicos;
3. De preferência, deve versar sobre questões objetivas, baseando-se em bibliografias e dados (primários e/ou secundários) de fácil acesso e
4. Pode envolver projetos de atividades centrados em determinada área teórico-prática ou de formação profissional do curso, que reúna e consolide atividades complementares, em consonância com os conteúdos teóricos aprendidos.

De acordo com as Diretrizes supracitadas, o NDE, com base nessas características mínimas, elaborou regulamentação própria contendo critérios, procedimento e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas com sua elaboração. As mudanças mais

recentes nesta regulamentação foram aprovadas em reunião do Colegiado no dia 25 de outubro de 2016.

Sobre a estrutura e o teor do TCC, são considerados para avaliação:

Art. 25. O discente deverá desenvolver seu TCC nas linhas de pesquisa do curso, devendo o tema pesquisado conter relevância teórica e social, além de adequação entre os objetivos propostos, a literatura utilizada e a metodologia empregada.

Parágrafo Único: A relevância teórica ocorre quando o tema pode fazer progredir áreas do conhecimento científico e a relevância social do tema acontece quando o conhecimento científico, produzido através dele, pode ser utilizado pela sociedade.

Art. 26. Na elaboração do trabalho de TCC deve-se considerar:

I. Na sua estrutura formal, os critérios técnicos estabelecidos no padrão desta Instituição;

II. No seu conteúdo, as finalidades estabelecidas no Art. 3º desta Resolução, a vinculação direta do tema ao curso e a inserção nas áreas de conhecimento identificadas pelas disciplinas ofertadas na matriz curricular;

Art. 27. A monografia deve conter, no mínimo, 20 (vinte) páginas textuais, compreendidas da introdução à conclusão.

Já no que tange à avaliação por parte da banca, deve-se considerar ainda:

Art. 33. [...]

§1º. A avaliação da banca abrangerá o trabalho escrito e a defesa cujo resultado poderá ser aprovado, aprovado sob condições ou reprovado.

§2º. A banca, ao avaliar o trabalho escrito, deverá considerar questões de forma e conteúdo, através dos pontos elencados na ficha de avaliação.

§3º. A atribuição das notas da defesa dar-se-á, em sessão secreta, após o encerramento da defesa, obedecendo aos critérios dispostos na ficha de avaliação.

Art. 34. Cada membro da banca deverá atribuir nota individual e nominal, que constará da ata da defesa. Na folha de rosto da monografia constará apenas a nota final, que é a média das notas atribuídas pelos membros da banca examinadora.

Parágrafo Único: Quando da defesa, o discente deverá levar para a banca examinadora, no mínimo, 05 (cinco) vias impressas da sua folha de rosto para assinatura e futura encadernação.

Art. 35. Serão atribuídas, pelos membros da banca examinadora, notas variando de 0 (zero) a 10,0 (dez), o 10,0 (dez) sendo reservado aos trabalhos de excelência.

Parágrafo Único: Não há recuperação da nota atribuída pela banca examinadora do TCC.

Art. 36. Será considerado aprovado o discente que obtiver média igual ou superior a 7,00 (sete). Quando o trabalho de TCC for aprovado sob condições pela banca, mantém-se a nota atribuída na defesa do TCC, porém, a aprovação do discente fica condicionada à entrega de 1 (uma) versão impressas e uma versão digital em CD corrigidas à Biblioteca da Unidade de Santana do Ipanema e uma digital em CD à Coordenação de TCC no prazo

de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data da defesa com a declaração do orientador de que as mesmas foram devidamente efetuadas.

Art. 37. Será considerado reprovado no TCC o discente que obtiver média final inferior a 7,0 (sete) na monografia;

§1º. São motivos para reprovação a insuficiência de desempenho, a qual é observada quando o discente não tenha conseguido desenvolver o TCC de forma satisfatória e/ou a inserção no TCC de textos de terceiros como se fossem próprios.

§2º. A insuficiência de desempenho que resulte em reprovação deverá ser obrigatoriamente justificada pela banca.

§3º. Quando da reprovação, o discente deverá refazer o TCC e submetê-lo novamente à avaliação dentro do prazo de integralização do curso, mediante renovação semestral da matrícula.

De acordo com a resolução do curso, o discente deverá realizar a apresentação “em, no mínimo, 20 (vinte) minutos e, no máximo, 30 (trinta) minutos, ao que se seguirá arguição pela banca examinadora, que definirá de comum acordo os procedimentos adotados” (RESOLUÇÃO, 2016, p. 8).

Flexibilização curricular

O Curso de Ciências Econômicas da Unidade Educacional Santana do Ipanema, Campus Sertão, materializa a interdisciplinaridade e a flexibilização curricular a partir de atividades complementares, projetos de ensino e aprendizagem, de pesquisa e extensão e de eixos que integram os componentes curriculares.

Os conteúdos dos componentes curriculares foram pensados de maneira a estar compatíveis com o perfil definido para o egresso deste curso de graduação, já exposto anteriormente. Desta forma, as iniciativas de capacitação prática realizadas de maneira complementar à teoria, como visitas técnicas, eventos de capacitação promovidos intra e extra campus, atividades de pesquisas aplicadas em instituições públicas locais, dentre outras, constituem-se numa premissa básica do processo de formação acadêmica, cidadã e profissional dos discentes deste Curso de Ciências Econômicas.

Portanto, diversas atividades podem conferir ao currículo do Curso de Ciências Econômicas da Unidade Educacional Santana do Ipanema, Campus Sertão, a flexibilidade necessária para garantir a formação do perfil de um egresso generalista e humanista. Neste sentido, os docentes vinculados ao Curso constroem as disciplinas buscando criar um espaço propício à articulação entre teoria e prática, seja a partir do desenvolvimento de atividades de visita técnicas, atividades simuladas de interação com a realidade local ou do fomento à

pesquisa de campo e/ou relato de experiências durante o desenvolvimento dos trabalhos acadêmicos que serão apresentados nas disciplinas.

Por outro lado, a flexibilização curricular no âmbito deste curso também ocorre, por exemplo: via atividades complementares de graduação presenciais ou semipresenciais, projetos de ensino e aprendizagem, estágios, aproveitamentos de estudo, projeto de extensão e de pesquisa.

Estágios Supervisionados

A Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, define o “estágio como o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante”. No caso da UFAL, a Resolução 71/2006 do CONSUNI da UFAL é que trata sobre a questão do estágio e embasa o tema para os seus cursos.

O Estágio para os cursos de Ciências Econômicas não se constitui em uma atividade obrigatória. Entretanto, deve ser supervisionado pela instituição de ensino, com vistas a garantir que seja de fato, uma extensão do aprendizado do aluno relacionado ao curso.

O aprendizado acadêmico, em geral, é mais genérico e abrangente do que as atividades práticas profissionais, razão pela qual o estágio curricular tem como objetivo o desenvolvimento de competências – conhecimentos teórico-conceituais, habilidades e atitudes – em situações de aprendizagem, conduzidas no ambiente profissional sob a responsabilidade da Universidade e da Instituição Concedente, permitindo e garantindo, através da experiência prática, que o aluno faça a relação entre o que aprende na academia e a atividade que exerce como estagiário (Resolução nº 71/2006-CONSUNI/UFAL).

O estágio curricular poderá se desenvolver nas dependências da Universidade ou nas da Instituição Concedente de estágio. Podem ser Instituições Concedentes de estágio curricular pessoas jurídicas de direito público ou privado que tenham condições de proporcionar ao aluno experiência prática na sua área de formação acadêmico-profissional. A carga horária máxima para as atividades de estágio curricular não deverá ultrapassar 30 (trinta) horas semanais, respeitando as atividades acadêmicas do estagiário, e não podendo ultrapassar o limite de 4 (quatro) semestres o tempo máximo de estágio em cada instituição concedente (Resolução nº 71/2006 - CONSUNI/UFAL).

Nesta perspectiva, pela especificidade da característica da atividade de estágio, em

contraposição à amplitude das atividades curriculares, aquele deve ser bem orientado e supervisionado. Além do mais, é recomendável que a sua autorização ocorra apenas após o segundo ano do curso, a fim de evitar uma eventual “especialização” do aluno antes de obter o conhecimento amplo na sala de aula.

O sentido de “supervisionado” pela instituição de ensino, além de prever que cabe a ela zelar para que os aspectos acima sejam assegurados, está ligado, sobretudo, à ideia de que, conforme apontado nas diretrizes, de que o próprio aluno reconheça naquela atividade uma experiência válida para sua formação.

A instituição deve, pois, assegurar ao aluno orientação teórico-prática, a exemplo do que desenvolve a UFAL, através do módulo de gerenciamento de estágio. Neste sentido, o estágio supervisionado do curso de Ciências Econômicas da UFAL na Unidade Educacional Santana do Ipanema do Campus do Sertão seguirá as normas e orientações do MGE (Módulo de Gerenciamento de Estágio).

A instituição concedente, de acordo com a Resolução nº 71/2006-CONSUNI/UFAL, deverá fornecer as seguintes informações:

- I. indicação do supervisor do seu quadro de pessoal, com formação e experiência profissional na área de concessão do estágio, para acompanhar os alunos;
- II. descrição das atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário na instituição;
- IV. carga horária semanal e
- V. remuneração, quando for o caso.

4.2 Integração entre ensino, pesquisa e extensão

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão pressupõe um projeto de formação cujas atividades curriculares transcendam a tradição de aprendizado do conhecimento apenas em sala de aula, entendendo que as demais atividades são fundamentais.

A capacidade de contemplar o processo de produção do conhecimento por meio da dimensão investigativa (pesquisa) e a abertura ao meio externo à Universidade (extensão) oferecem uma nova referência para a dinâmica na relação professor-aluno e desenha um novo contexto para o processo de ensino e aprendizagem.

A defesa da prática como parte inerente, integrante e constituinte do questionamento sistemático, crítico e criativo e da pesquisa como atitude cotidiana, como princípio científico e educativo, está presente na concepção de prática educativa do Curso de Ciências Econômicas.

Isto pode ocorrer através de projetos de pesquisa e extensão que ocorrem a partir do atendimento de editais, a exemplos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Programa Institucional de Bolsas de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pibiti) e do Programa Círculos Comunitários de Atividades Extensionistas (ProCCAext). Assim como, a partir de registro no Sigaa Extensão, passando por aprovação da comissão de extensão, de pareceristas de outras unidades acadêmicas e da Pró-Reitora de Extensão (Proex); e de projetos de pesquisa registrados no Sigaa Pesquisa, ligados a grupo de pesquisa vinculado à universidade. Todos os projetos têm acompanhamento de docente orientador ou técnico com ensino superior (especialmente na extensão).

5. METODOLOGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A concepção deste Projeto Pedagógico tem dentre seus pilares básicos a ideia de uma avaliação permanente voltada para sua constante adequação aos diferentes momentos que demarcam a formação acadêmica. Neste sentido, a avaliação do processo ensino-aprendizagem insere-se na própria dinâmica curricular, sendo uma atitude de responsabilidade da instituição, dos professores e dos alunos acerca do processo formativo.

A metodologia de ensino aplicada deve decorrer de uma união entre o conteúdo previsto pelas ementas das disciplinas, mas considerando as possíveis dificuldades que os estudantes podem apresentar em dado momento, com o professor buscando melhorar a relação dialógica que conforma a troca de experiências em sala de aula. Assim, a aplicação das aulas a partir deste PPC deve considerar tanto o modelo mais tradicional de sala de aula, a partir de leitura de textos e discussão, quanto o uso da prática, incluindo aqui visitas de campo, ou a possibilidade de utilização de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC).

Do ponto de vista de um modelo mais ligado a uma prática didática mais clássica, com leitura de textos e intercâmbio de conhecimentos em sala de aula, deve-se estimular o debate da realidade socioeconômica, demonstrando a importância do que é estudado para a formação do estudante com elementos que possam ser visualizados em seu cotidiano. Neste sentido, considera-se também para a formulação das ementas a possibilidade de utilização de referências bibliográficas de fácil acesso, seja na biblioteca da Unidade Educacional Santana do Ipanema ou a partir de referências eletrônicas.

Quanto à perspectiva de visão sobre a prática, o PPC considera uma carga horária voltada a isto, sejam em disciplinas voltadas à pesquisa de uma forma geral, casos de Metodologia Científica (1º período), Introdução à Pesquisa (2º período), Técnica de Pesquisa em Economia (6º período) e Seminário de Pesquisa (7º período), quanto àquelas que podem ser realizadas com visitas de campo, a partir de disciplinas com perfil voltado à formação profissional, a exemplo de Economia do Meio Ambiente (5º período), Economia do Semiárido (6º período) e Desenvolvimento Socioeconômico (7º período).

A implantação de plataforma de ensino e a capacitação dos docentes da UFAL para o uso das ferramentas das TDIC têm sido pontos estruturantes para a transformação das aulas tradicionais, levando a universidade para um novo patamar de interação e facilitando a acessibilidade e a melhor integração de docentes e discentes às atividades acadêmicas.

Para essa consolidação a UFAL está se comprometendo com duas ações básicas preponderantes: a) a substituição dos seus sistemas informatizados acadêmicos e administrativos, com a implementação do Módulo Siga e a oferta de cursos de aperfeiçoamento para docentes e técnicos; b) reestruturação da rede lógica, em especial o aumento de velocidade e o alcance da rede, com a utilização da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) para promover o acesso à internet. Procurando, portanto, às novas tendências e desafios para a sociedade contemporânea, buscando sempre novas práticas pedagógicas.

O uso das TDIC por parte dos estudantes favorece não só o aprendizado, mas a participação com autonomia na vida acadêmica, considerando ainda a necessidade deste tipo de prática numa sociedade conectada e em rede em diferentes aspectos, incluindo aí as questões profissionais e de pesquisa. Para o desenvolvimento desta capacidade de aprendizagem, a Unidade Educacional Santana do Ipanema conta com um laboratório de informática com computadores conectados à internet e disponíveis para uso para pesquisas, formulação de trabalhos e aulas. Além de se ter a possibilidade de computadores, caixas de som e reprodutores digitais para utilização ao longo do semestre por professores, estudantes, convidados para palestras e projetos em andamento, auxiliando nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

As ferramentas de TDIC, assim, são utilizadas para atividades de ensino e aprendizagem a partir de softwares, mídias sociais, portais de pesquisa, blogs, dentre outros recursos, mas com destaque para os Ambientes Virtuais de Aprendizagem, a Plataforma

Moodle, que possibilita a utilização de diferentes instrumentos para fortalecer o aprendizado – não ultrapassando os 20% (vinte por cento) da carga horária total da disciplina e, conseqüentemente, do curso, conforme orienta a Portaria MEC Nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004.

Ainda nesse contexto, de forma específica, os estudantes de Ciências Econômicas contam com a disciplina Comunicação e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação no primeiro período, a qual discute as potencialidades e os problemas possíveis no uso de TDIC, estabelecendo relações introdutórias ao uso delas para o profissional do eixo gestão. Além desta, outras disciplinas obrigatórias mantêm a necessidade para a utilização de TDIC diversas, incluindo softwares específicos, para realizar e organizar pesquisas acadêmicas, por exemplo, Econometria (4º período), Teoria Microeconômica 1 e 2 (4º e 5º períodos) e Técnica de Pesquisa em Economia (6º período).

Vale salientar que existe uma política pedagógica na Unidade Educacional Santana do Ipanema que prima pelo uso das TDIC como instrumento de apoio e necessário ao processo de aprendizagem de seus discentes. Deste modo, as demais disciplinas que compõem o Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas detêm a premissa de utilizá-las quando pertinente, sendo estas consideradas instrumentos educativos de auxílio e importantes para o processo de aprendizagem de conteúdo curricular e de desenvolvimento do senso analítico e crítico dos discentes.

Portanto, a partir dos elementos apresentados e que são utilizados no processo de ensino e de aprendizagem acadêmica e profissional inerente aos discentes da Unidade Educacional Santana do Ipanema, percebe-se que os docentes do curso têm autonomia para utilizarem as ferramentas metodológicas de ensino e aprendizagem mais apropriadas ao perfil do discente e da respectiva disciplina lecionada, que dialogue com a realidade local, nacional e internacional, de maneira a proporcionar uma formação mais sólida, interdisciplinar e de cunho cidadão.

6. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação do processo ensino-aprendizagem insere-se na própria dinâmica curricular. A avaliação é, portanto, uma atitude de responsabilidade da instituição, dos

professores e dos alunos acerca do processo formativo. A avaliação que aqui se propõe não é uma atividade puramente técnica, ela deve ser processual e formativa; e, manter coerência com todos os aspectos do planejamento e execução do Projeto Pedagógico do curso.

A avaliação da aprendizagem considera os aspectos legais determinados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no que concerne à aferição quantitativa do percentual de 75% de presença às atividades de ensino previstas pela carga horária de cada disciplina e no total da carga horária do curso, e qualitativa em relação ao total de pontos obtidos pelo aluno em cada disciplina.

As Instituições de Ensino Superior, nos termos da Resolução CNE/CES 4/2007, aprovada em 13/07/2007, relativa às Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, devem adotar formas específicas e alternativas de avaliação, internas e externas, sistemáticas, envolvendo todos quantos se contenham no processo do curso, centradas em aspectos considerados fundamentais para a identificação do perfil do formando, estando presentes o desempenho da relação professor x aluno, a parceria do aluno para com a instituição e o professor.

No plano interno, a avaliação da aprendizagem atende ao Art. 9º. da Resolução 25/05 – CEPE, que determina que o regime de aprovação do aluno em cada disciplina será efetivado mediante a apuração da frequência às atividades didáticas e do rendimento escolar, os quais deverão ser verificados conjuntamente.

Neste entendimento, o Art. 10 afirma que:

Será considerado reprovado por falta o aluno que não comparecer a mais de 25% (vinte e cinco por cento) das atividades didáticas realizadas no semestre letivo.

Parágrafo Único - O abono, compensação de faltas ou dispensa de frequência, só será permitido nos casos especiais previstos nos termos do Decreto-Lei no 1.044 (21/10/1969), Decreto-Lei no 6.202 (17/04/1975) e no Regimento Geral da UFAL (RESOLUÇÃO, 2005).

A mesma resolução apresenta um capítulo detalhando como se efetiva a apuração do rendimento escolar. Sobre a forma das avaliações se darem:

Art. 11 - A avaliação do rendimento escolar se dará através de:
(a) Avaliação Bimestral (AB), em número de 02 (duas) por semestre letivo;
(b) Prova Final (PF), quando for o caso;
(c) Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) (RESOLUÇÃO, 2005).

Os parágrafos do Art. 11 tratam ainda do período possível de realização das atividades de avaliação, quando comparadas à divulgação de notas de avaliações anteriores:

§ 1o – Somente poderão ser realizadas atividades de avaliação, inclusive prova final, após a divulgação antecipada de, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas, das notas obtidas pelo aluno em avaliações anteriores.

§ 2o - O aluno terá direito de acesso aos instrumentos e critérios de avaliação e, no prazo de 02 (dois) dias úteis após a divulgação de cada resultado, poderá solicitar revisão da correção de sua avaliação, por uma comissão de professores designada pelo Colegiado do Curso (RESOLUÇÃO, 2005).

Em termos de conteúdo e instrumentos de avaliação possíveis de serem utilizados pelos professores:

Art. 13 - Cada Avaliação Bimestral (AB) deverá ser limitada, sempre que possível, aos conteúdos desenvolvidos no respectivo bimestre e será resultante de mais de 01 (um) instrumento de avaliação, tais como: provas escritas e provas práticas, além de outras opções como provas orais, seminários, experiências clínicas, estudos de caso, atividades práticas em qualquer campo utilizado no processo de aprendizagem (RESOLUÇÃO, 2005).

A Universidade Federal de Alagoas considera ainda a possibilidade de realização de Prova de Reavaliação (PR) após a realização das avaliações bimestrais, algo descrito nos parágrafos do Art. 13 da Resolução 25/2005 (2005), considerando ainda que para as AB não há descrita reposição em caso de falta, ficando a critério do professor:

§ 1o - Em cada bimestre, o aluno que tiver deixado de cumprir 01 (um) ou mais dos instrumentos de avaliação terá a sua nota, na Avaliação Bimestral (AB) respectiva, calculada considerando-se a média das avaliações programadas e efetivadas pela disciplina.

§ 2o - Em cada disciplina, o aluno que alcançar nota inferior a 7,0 (sete) em uma das 02 (duas) Avaliações Bimestrais terá direito, no final do semestre letivo, a ser reavaliado naquela em que obteve menor pontuação, prevalecendo, neste caso, a maior.

Assim, para elaboração da Nota Final e aprovação ou reprovação diretas, considera-se:

Art. 14 - A Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais será a média aritmética, apurada até centésimos, das notas das 02 (duas) Avaliações Bimestrais.

§ 1o - Será aprovado, livre de prova final, o aluno que alcançar Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais, igual ou superior a 7,00 (sete).

§ 2o - Estará automaticamente reprovado o aluno cuja Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais for inferior a 5,00 (cinco) (RESOLUÇÃO, 2005).

A Resolução 25/2005 considera ainda como forma de avaliação do rendimento escolar a realização de uma Prova Final que ocorre a partir das seguintes características, que se diferenciam das AB:

Art. 15 - O aluno que obtiver Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais igual ou superior a 5,00 (cinco) e inferior a 7,00 (sete), terá direito a prestar a Prova Final (PF).

Parágrafo Único - A Prova Final (PF) abrangerá todo o conteúdo da disciplina ministrada e será realizada no término do semestre letivo, em época posterior às reavaliações, conforme o Calendário Acadêmico da UFAL.

Art. 16 - Será considerado aprovado, após a realização da Prova Final (PF), em cada disciplina, o aluno que alcançar média final igual ou superior a 5,5 (cinco inteiros e cinco décimos).

Parágrafo Único - O cálculo para a obtenção da média final é a média ponderada da Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais, com peso 6 (seis), e da nota da Prova Final (PF), com peso 4 (quatro).

Art. 17 - Terá direito a uma segunda chamada o aluno que, não tendo comparecido à Prova Final (PF), comprove impedimento legal ou motivo de doença, devendo requerê-la ao respectivo Colegiado do Curso no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a realização da prova.

Parágrafo Único - A Prova Final, em segunda chamada, realizar-se-á até 05 (cinco) dias após a realização da primeira chamada, onde prevalecerá o mesmo critério disposto no Parágrafo único do Art. 16 (RESOLUÇÃO, 2005).

Considerando as normas institucionais vigentes e citadas anteriormente, o PPC do curso de Ciências Econômicas considera que a avaliação é condizente com a concepção de ensino-aprendizagem que norteia a metodologia adotada para a consecução da proposta curricular, de forma a fortalecer a perspectiva da formação integral dos alunos, respeitando a diversidade e a pluralidade das suas formas de manifestação e participação nas atividades acadêmicas, sem se distanciar, entretanto, das determinações legais e institucionais.

7. AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO

As ações visando à avaliação do curso de Ciências Econômicas se orientam pelas normatizações da Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CONAES) e se expressam de diferentes formas.

No que se refere à avaliação institucional, esta visa à melhoria das atividades internas do Curso de Ciências Econômicas e se baseia nos indicadores da avaliação docente, discente, técnico-administrativa e demais instâncias (egressos e sociedade acadêmica), além de verificar questões de infraestrutura.

A avaliação institucional será realizada anualmente com base nos resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e nos relatórios de autoavaliação da Comissão Própria de Avaliação (CPA), responsável pelos processos internos da avaliação da UFAL.

Já no que se refere à formação dos discentes, o Curso de Ciências Econômicas da Unidade Educacional Santana do Ipanema, Campus Sertão, visando à formação de economistas preparados para atuar de forma eficiente e responsável, busca criar um ambiente de acompanhamento contínuo dos alunos, tanto em seu período acadêmico quanto no seu engajamento no mercado de trabalho ou em cursos de pós-graduação. Este acompanhamento poderá ser realizado em regime de tutoria, em que os professores darão apoio técnico-científico para a área de atuação profissional e/ou acadêmica dos alunos.

Outro instrumento avaliativo utilizado no âmbito do Curso de Ciências Econômicas é o Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Isto decorre do fato de que o PPC deve ser considerado um norteador das ações e das atividades desenvolvidas no curso. Neste sentido, o PPC deve ser avaliado e aperfeiçoado de maneira dinâmica e participativa a partir do amadurecimento de discussões entre os diversos atores envolvidos: docentes, discentes, gestores, técnicos, funcionários e sociedade, refletindo as necessidades de atualização decorrentes de mudanças institucionais e de novas tecnologias para fins didáticos e demais situações que demandam uma recontextualização do curso.

Outro aspecto relevante que deve estar permanentemente presente na avaliação do PPC trata-se do seu alinhamento com o Plano de Desenvolvimento do Campus Sertão, especialmente o trecho que trata da Unidade Educacional Santana do Ipanema, e com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFAL.

O NDE acompanha permanentemente a implementação, o desenvolvimento e a avaliação do PPC de forma a garantir a melhor qualidade acadêmica em todas as suas etapas. Através de reuniões periódicas os seus membros avaliam a pertinência das disciplinas, seu ordenamento, a atualização da bibliografia referenciada e as condições de realização de práticas e estágios supervisionados, de modo a ter condições concretas de intervir sempre que necessária no sentido do aperfeiçoamento do PPC.

Finalmente, concernente à avaliação do docente pelo discente o Curso de Ciências Econômicas da Unidade Educacional Santana do Ipanema, Campus Sertão, segue as diretrizes da Resolução nº 46/2014 – CONSUNI/UFAL, a qual dispõe que a participação discente no processo de avaliação do docente para fins de progressão na carreira, bem como de desempenho em estágio probatório, será mediante o voto da representação estudantil no Conselho do Campus Sertão.

8. APOIO AOS DISCENTES

A forma de educação defendida a partir deste PPC considera a formação do aluno com vistas à autonomia e independência na universidade e fora dela, tendo como referência a percepção das pessoas sem quaisquer formas de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, considerando assim a acessibilidade em seus diferentes tipos, como será mostrado a seguir.

As políticas de apoio aos discentes se fundamentam no PDI/UFAL e nos princípios e diretrizes estabelecidos pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que objetiva viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão (Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010). Apóia, prioritariamente, a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade e risco social matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Sua instância de discussão e resolução é o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), realizado anualmente e no qual a UFAL tem assento. Na ocasião são feitos diagnósticos e reflexões sobre a realidade estudantil nas IFES e se estabelecem as diretrizes e linhas de ação das Pró-Reitorias em nível nacional.

De acordo com o PDI/UFAL, as políticas discentes da instituição vão além do PNAES, pois trabalham também com a perspectiva de universalidade no atendimento dos estudantes que frequentam o espaço universitário. Assim, podem ser identificadas:

- Apoio pedagógico - buscam reforçar e/ou orientar o desenvolvimento acadêmico, com apoio ao acesso às tecnologias digitais de informação e comunicação e às línguas estrangeiras, com a oferta de cursos para capacitação básica na área; atenção aos discentes como forma de orientá-los na sua formação acadêmica e/ou encaminhá-los/as a profissionais específicos para atendimento através da observação das expressões da questão social; articulação com as coordenações de cursos sobre dificuldades pedagógicas desses alunos e planejamento para superação das mesmas. Algumas das atividades que são colocadas como auxílio ao aprimoramento pedagógico são: oferta de monitoria e tutoria; apoio, acompanhamento e desenvolvimento da empresa júnior Contect Jr; além de projetos de pesquisa e extensão.

- Estímulo à permanência - atendimento às expressões da questão social que produzem impactos negativos na subjetividade dos estudantes e que comprometem seu desempenho acadêmico; atendimento psicossocial realizado por profissionais qualificados, com vistas ao equilíbrio pessoal para a melhoria do desempenho acadêmico; atendimento do estudante na área da saúde através da assistência médico odontológica; fomento à prática de atividades física e de esporte; promoção de atividades relacionadas à arte e cultura no espaço universitário; implementação de bolsas institucionais que visam ao aprimoramento acadêmico.

- Apoio financeiro - disponibilização de bolsa institucional a fim de incentivar os talentos e potenciais dos estudantes de graduação, mediante sua participação em monitoria ou tutoria e projetos de assuntos de interesse institucional, de pesquisa e/ou de extensão universitária que contribuam para sua formação acadêmica; disponibilização de bolsas aos discentes em situação de risco e vulnerabilidade social, prioritariamente, a fim de ser provida uma condição favorável aos estudos, bem como ser uma fonte motivadora para ampliação do conhecimento, intercâmbio cultural, residência e restaurante universitários. A UFAL conta com a Bolsa Permanência (Pró-Graduando), que tem como objetivo principal garantir a presença do estudante na instituição. Há projetos que são desenvolvidos ainda focados na investigação científica, caso do Pibic, que garante ao mesmo tempo o conhecimento e uma fonte de renda; da mesma forma ocorre com os projetos de extensão em desenvolvimento no curso. Para suprir a demanda de quem vem de fora do município onde funciona o curso de Ciências Econômicas, há auxílios transporte e moradia disponibilizados após cumprimento de normas específicas de assistência social em edital realizado pela Pró-Reitoria Estudantil (Proest).

- Organização estudantil – ação desenvolvida por intermédio de projetos e ações esportivos, culturais e acadêmico-científicos quer sejam promovidos pela universidade quer sejam pelos estudantes. Alguns espaços físicos são reservados para as atividades dos centros acadêmicos, vindo a colaborar com a ampliação dos espaços de discussão e diálogo que contribuam para a formação política dos estudantes. O curso conta com centro acadêmico, que recebe total apoio do colegiado nas diversas atividades desenvolvidas, com a cessão de espaços quando se faz necessário; assim como há o estímulo e o apoio a projetos e eventos propostos pelos estudantes.

▪ Plano de acompanhamento do assistido – proporciona uma maior segurança para o aluno quanto à sua possibilidade de sucesso na instituição, evitando assim um aumento da retenção e/ou da evasão. Evita também a acomodação do mesmo ao longo do curso. Busca a reorientação e a preparação para a saída dos mesmos, diminuindo a ansiedade entre a academia e o mercado de trabalho. A Unidade Educacional Santana do Ipanema conta com uma coordenação de estágios, que tem o objetivo de encaminhar os processos referentes a este quesito, auxiliando no acompanhamento do estudante em suas primeiras experiências práticas na profissão.

A assistência estudantil é gerenciada pela UFAL através de sua Proest, que conta com os Núcleos de Assistência ao Estudante (NAE) nos campi do interior, tendo um desses núcleos instalado na Unidade Educacional Santana do Ipanema. O NAE tem como objetivo viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, buscando soluções para minimizar as situações de retenção e evasão, através do apoio à permanência dos estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social. Dentre os programas de assistência instaurados na Unidade destacam-se a assistência à moradia, à alimentação e ao transporte. Os critérios de admissão dos alunos no programa de assistência estudantil têm por base a avaliação socioeconômica, sendo a concessão vinculada aos critérios estabelecidos por legislação própria.

Dentre os objetivos específicos do NAE, estão:

- fornecer dados de realidade que contribuam para elaboração de programas e projetos que atendam às necessidades da comunidade;
- realizar estudos socioeconômicos visando à seleção de candidatos inscritos nos diversos programas;
- realizar visitas domiciliares quando necessário, permitindo, assim, o conhecimento *in loco* da realidade social dos estudantes, estabelecendo formas de intervenção da instituição junto ao núcleo familiar da comunidade;
- viabilizar o acesso da comunidade acadêmica às diferentes modalidades de assistência;
- prestar atendimento individual aos estudantes que sejam encaminhados por suas coordenações ou que procurem espontaneamente o setor;
- propor formas de intervenção visando à formação com qualidade e inclusão social e

- incentivar a participação dos estudantes em eventos acadêmicos, culturais e esportivos.

Por fim, mas também extremamente relevante, considerando que cabe ao Estado garantir educação especial às pessoas que assim o necessitarem, em conformidade com o Decreto presidencial nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, a Universidade Federal de Alagoas oferece uma série de serviços para o atendimento educacional especializado.

O setor da UFAL que estabelece este diálogo com os cursos da instituição é o Núcleo de Educação Inclusiva e Acessibilidade (NAC). Este núcleo atua de forma a oferecer Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos estudantes público-alvo, seja pelo acompanhamento nas salas de aula que os alunos frequentam, quanto em atividades na sala do NAC em horário oposto ao das aulas, para assessorar na confecção de trabalhos acadêmicos. Cabe ao núcleo ainda o auxílio na adaptação de materiais didáticos, incluindo recursos diferentes para avaliação, além de capacitar para o uso de tecnologias assistivas, caso, por exemplo, de recursos de informática para transformar textos em áudio para pessoas cegas. O NAC, em parceria com a Pró-reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho (PROGEP), promove cursos para corpo técnico e docentes da universidade, atuando em parceria com o Grupo de Estudo e Extensão em Atividade Motora Adaptada (GEEAMA) e o Núcleo de Estudos em Educação e Diversidade (NEEDI).

Assim, quando percebido pelo corpo técnico (CRCA e NAE, especialmente) e pelo corpo docente do curso a necessidade de atendimento especial, cabe à coordenação o contato com o NAC e o diálogo com os docentes que lecionam e lecionarão ao discente que possua a necessidade um AEE, de maneira que se possa identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas.

Além do apoio direto do NAC, o Campus Sertão possui uma Comissão de Acessibilidade, formada por docentes, estudantes e servidores técnico-administrativos, incluindo o engenheiro desta unidade acadêmica uma técnica e uma intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Quanto à questão arquitetônica, os imóveis da UFAL que o curso utiliza consideram as normas técnicas que garantam a acessibilidade para pessoas com quaisquer deficiências físico-motoras, com comunicação direta com a Coordenação de Infraestrutura do Campus

Sertão e com a Superintendência da Infraestrutura da universidade, acompanhadas pela comissão de obras e infraestrutura da Unidade Educacional Santana do Ipanema.

9. APOIO AOS DOCENTES E TÉCNICOS

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Estado Brasileiro passou a ter uma nova configuração, privilegiando os deveres sociais e repercutindo prontamente na Administração Pública. Entre seus princípios, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, este último traduzido no aperfeiçoamento da prestação do serviço público de qualidade, diz respeito diretamente às ações institucionais das IFES, para o apoio ao seu quadro de pessoal. Desta feita, a UFAL, produtora e disseminadora do conhecimento e do desenvolvimento econômico e social no estado de Alagoas, precisa abraçá-lo e materializá-lo em suas ações cotidianas.

Considerando a previsão legal expressa na Lei 5.707/06, que dispõe sobre a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal, a UFAL ajusta seu PDI a este novo paradigma, tendo como objetivo, sem prejuízo de outros, o desenvolvimento permanente do seu servidor.

A UFAL considera o desenvolvimento do servidor como uma atividade essencial para a melhoria de seu desempenho profissional, bem como de seu crescimento pessoal. Realizando ações de desenvolvimento, a Política de Gestão de Pessoas busca, principalmente, melhorar a qualidade dos serviços prestados ao cidadão e orienta-se pelo alinhamento da competência do servidor com os objetivos da instituição, pela divulgação e gerenciamento das ações de capacitação e pela racionalização e efetividade dos gastos com treinamentos (UFAL, 2013, p. 71).

O PDI, no que se refere aos servidores, compõe-se de eixos integrados: Dimensionamento das Necessidades Institucionais de Pessoal, Capacitação, Avaliação de Desempenho e Qualidade de Vida no Trabalho, recortados por diretrizes e princípios, muitos deles, diretamente relacionados à atividade docente.

No que concerne ao dimensionamento das necessidades institucionais, esta diz respeito à otimização dos Recursos Humanos, a fim de garantir o cumprimento dos objetivos institucionais. A capacitação, assim, atua em duas frentes: por um lado, melhorar o desempenho do servidor; e, por outro, assegurar um quadro mais confiante, motivado e, conseqüentemente, mais satisfeito. A capacitação é realizada em diferentes momentos e modalidades: iniciação ao serviço público, formação geral, educação formal, gestão, inter-

relação entre os ambientes e formação específica.

Outra ação voltada para o servidor é a avaliação de desempenho que objetiva redimensionar as ações desenvolvidas pelos servidores no exercício do cargo e auferir seu desempenho, deixando-o ciente de suas fragilidades e potencialidades e oferecendo subsídios para a organização do plano de capacitação.

No plano social, o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT) promove ações embasadas na Política de Atenção à Saúde do Servidor (PASS), baseadas no conceito de prevenção de doenças como garantia de condições mais justas de trabalho, valorizando o servidor e garantindo o pleno exercício de suas funções.

Dentre as políticas de apoio ao servidor, uma se destaca por ter como enfoque o docente: o Programa de Formação Continuada em Docência do Ensino Superior (PROFORD), que consiste em um plano de capacitação contemplando desde os docentes recém empossados até aqueles com mais tempo na Instituição. O objetivo é incentivá-los à reflexão sobre suas práticas, estabelecendo uma intersecção entre ensino, pesquisa e extensão, dentro de dois enfoques: a prática docente e a atuação destes profissionais na gestão acadêmica e institucional.

Esta Política de Apoio ao Docente consolidada é objeto contínuo de avaliação, a fim de garantir a satisfação do professor e o respeito ao Princípio Constitucional da Eficiência, do qual nenhuma Instituição de Ensino Superior pode se furtar.

A UFAL, através do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), criado pelo Decreto Federal 6.833/2009, e instalado na Instituição em 2010, atua com o objetivo de coordenar e integrar ações e programas nas áreas de assistência à saúde, perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores da Universidade. Dentre os serviços prestados pelo SIASS estão a assistência à saúde, perícia oficial e promoção, prevenção e acompanhamento da saúde, estabelecendo atividades que visem:

- prevenção, detecção precoce e tratamento de doenças;
- reabilitação da saúde do servidor;
- avaliação do estado de saúde do servidor para o exercício de suas atividades laborais, através de ação médica ou odontológica; e
- intervenção nos processos de adoecimento físico, social ou psicológico do servidor, tanto no aspecto individual quanto nas relações coletivas no ambiente de trabalho.

Através do Plano Anual de Capacitação (PAC), que tem como base o Decreto 5.707/2006, e é desenvolvido pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep), são realizadas ações de capacitação e desenvolvimento dos servidores. O Plano é desenvolvido através das demandas identificadas através de um levantamento de necessidades de capacitação, no qual podem opinar todos os servidores lotados nos diversos órgãos e unidades acadêmicas da Instituição.

O PAC busca promover o desenvolvimento integral do servidor com estratégias e ações que visam a aprendizagem e a melhoria do seu desempenho funcional, além de atender as suas perspectivas para o exercício de novas atribuições.

10. INFRAESTRUTURA

A infraestrutura para a viabilização do curso, apesar de não ser própria, oferece salas de aula, pesquisa, extensão e gestão, climatizadas. Laboratório equipado e climatizado, assim como, biblioteca. O corpo docente é formado por 91,67% de mestres e doutores, ou seja, a grande maioria possui pós-graduação *stricto sensu*. Já o corpo técnico é formado por profissionais em áreas específicas para dar suporte às operações dos cursos e da Unidade Educacional Santana do Ipanema como um todo.

Quadro 3 – Infraestrutura Existente no Âmbito do Curso de Ciências Econômicas

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Sala de aula (com ar-condicionado)	8
2	Sala de apoio (Pesquisa e Extensão)	2
3	Biblioteca	1
4	Sala do NAE (Núcleo de Apoio ao Estudante)	1
5	Sala de reunião	1
6	Sala para Empresa Jr.	1
7	Sala de Coordenação de Curso	1
8	Laboratório de informática com 22 computadores, data-show e caixa de som.	1
9	Computador para as salas de aula	6
10	Data-show para a sala de aula	6
11	Computador para apoio acadêmico/administrativo	34
12	Impressora Laser	1

11. REFERÊNCIAS

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. Propostas curriculares em questão: saberes e

docentes e trajetórias da educação. In: CUNHA, Maria Isabel da (Org.). **Reflexões e Práticas em Pedagogia Universitária**. Campinas, SP: Papirus, 2007.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ECONOMIA (ANGE). **Novas Diretrizes dos Cursos de Ciências Econômicas 2006**. Cadernos ANGE – Orientação acadêmica 2006.

BRASIL. **Decreto n. 4.281**, de 25 de junho de 2002, Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 5.296/04** - Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 5.622**, de 19 de dezembro de 2005, regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB).

BRASIL. **Decreto n. 5.626**, de 22 de dezembro de 2005 - Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 4**, de 13 de julho de 2007 (Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas. Brasília:, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – Bacharelados, Licenciaturas e Cursos Superiores de Tecnologia**. Brasília: 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394/1996**, de 20 de dezembro de 1996, Art. 66 - referente a titulação do corpo docente.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.795/1999**, de 27 de abril de 1999 - Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 10.172/2001**- Plano Nacional de Educação - Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 10.436/2002**, de 24 de abril de 2002 - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 10.639/2003** - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 11.645/2008** - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 12.319/2010**, de 1º de setembro de 2010 - Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP nº 09/2001**, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 2.678/02** – Política Nacional de Ed. Especial na perspectiva da Ed. Inclusiva.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 40**, de 12 de dezembro de 2007, Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 02/2007** - Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 1**, de 17 de junho de 2004 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2007.**

COSTA, Márcio Jorge Porangaba. **Habilidades e Atitudes Necessárias ao Economista.** Maceió: EDUFAL, 1999.

Cadastro de denominações consolidadas para Cursos de Graduação (bacharelado e licenciatura) do Ministério da Educação.

Parecer CONAES nº 4, de 17 de junho de 2010 - Dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE.

Plano de Desenvolvimento Institucional da UFAL 2013-2017.

Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in Loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 2.678/02** – Política Nacional de Ed. Especial na perspectiva da Ed. Inclusiva.

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL (UCS). **Projeto Pedagógico**: subsídios para elaboração e avaliação. Caxias do Sul: EDUCS, 1999.

Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura (2010)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. **Diretrizes para elaboração do Projeto Pedagógico de Cursos**. Ouro Preto: PROGRAD/UFOP, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL). **Estatuto e Regimento da UFAL**. Maceió: UFAL, 2006a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL). **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03 PROGRAD/Fórum dos Colegiados**, de 20 de setembro de 2013 - Dispõe sobre os procedimentos para reformulação dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UFAL.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL). **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02 PROGRAD/Fórum das Licenciaturas**, de 27 de setembro de 2013 - Disciplina a construção de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) nos cursos de graduação da UFAL.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL). **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01 PROGRAD/Fórum dos Colegiados** - Disciplina a redução da carga horária de estágio curricular supervisionado para os alunos dos cursos de Licenciatura da UFAL que exercem atividade docente regular na Educação Básica.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL). **Projeto Pedagógico do curso de Ciências Econômicas**. Maceió: FEAC, 2006c.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL). **Resolução nº 25/2005 - CEPE**, de 26 de outubro de 2005, institui e regulamenta o funcionamento do Regime Acadêmico

Semestral nos Cursos de Graduação da UFAL, a partir do ano letivo de 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL). **Resolução nº 52/2012 - CONSUNI/UFAL** – Dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE no âmbito da UFAL.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL). **Resolução nº 71/2006 - CONSUNI, de 18 de dezembro de 2006.** 2006b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL). **Resolução nº 113/95 – CEPE**, de 13 de novembro de 1995, estabelece normas para o funcionamento da parte flexível do sistema seriado dos cursos de graduação.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Elementos do Projeto político-pedagógico de curso de graduação da UNIPAMPA.** Rio Grande do Sul: UNIPAMPA, 2011.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Educação Básica e Ensino Superior: projeto- político-pedagógico.** Campinas, SP: Papirus, 2004.

12. ANEXOS

ANEXO 1 - Notas

- (1) Os projetos podem ser finais (é mais amplo); de viabilidade (é uma espécie de pré-projeto) ou ainda para financiamento.
- (2) Nas empresas, o economista pode desenvolver estudos e análises em duas áreas: macroeconomia (aspectos gerais da economia que afetam a empresa) e microeconomia (questões específicas da empresa).
- (3) Este serviço pode ser prestado diretamente e também via empresa, cooperativas, entidades de classes ou organizações não-governamentais.
- (4) O economista atua em bancos, corretoras, seguros, distribuidores e no mercado financeiro das empresas.
- (5) A vontade das pessoas de terem seu próprio negócio e as vantagens da terceirização para as empresas e órgãos provocou o aumento na prestação de assessoria. Neste setor, as atividades dos economistas podem ser classificadas como esporádicas, diárias e mensais.
- (6) O economista tem sido muito procurado para acompanhar a conjuntura do país e desenvolver estudos e projetos setoriais para agroindústrias e agrobusiness.

- (7) Na maioria das vezes, estes projetos estão vinculados a planos e programas de desenvolvimento econômico.
- (8) Com uma visão da globalização pela qual passa hoje a economia mundial, o economista está apto a atender aos pré-requisitos para o exercício desta atividade. O profissional nesta área trabalha tanto para o governo quanto para empresas privadas, como exportadoras, bancos, indústrias, dentre outras. Alguns dos pré-requisitos que este profissional tem é a sua formação cultural sólida, com ênfase em História Contemporânea e Geografia, domínio da língua inglesa, conhecimentos de recursos de informática, visão ampla de mercado para aferir cotações de preços, custos, câmbios, além de ter de ficar atento ao mercado de ações das principais bolsas mundiais. Ele ainda desenvolve uma percepção aguçada para entender o lado econômico que se esconde nas sombras das decisões políticas.
- (9) Ao economista compete elaborar estudos de mercado e de comercialização.
- (10) Ainda são poucos os profissionais que escolhem este ramo da economia. Um dos motivos é a falsa ideia, difundida muitas vezes por quem atua na área, de que este é um trabalho extremamente complexo. É importante que quem opte por elaborar orçamentos se empenhe em popularizar esta atividade que, na verdade, é simples.
- (11) O campo de trabalho está representado pelas instituições de ensino superior existentes e aquelas que venham a ser criadas em função da demanda de mercado. Este é um setor que está crescendo por causa da implantação de novas faculdades. Com a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação brasileira (Lei n° 9.394, de 1996), as escolas de 2º grau podem também incluir em seus currículos a disciplina “Economia de Mercado”, o que se constitui em mais uma alternativa de trabalho para o economista.
- (12) Os economistas têm tido uma maior atração junto a Justiça Trabalhista, mas em qualquer âmbito do Poder Judiciário o seu trabalho é solicitado para embasar ações que requeiram cálculos de atualização econômico-financeiras.
- (13) Com a arbitragem ou arbitramento, que é um mecanismo alternativo à justiça, o economista pode solucionar impasses de forma bem menos burocrática do que o sistema judiciário estatal.
- (14) A necessidade do setor público (federal, estadual e municipal) de atuar sempre com a visão macroeconômica concentra grande parte dos economistas nesta área.
- (15) Aborda os grandes agregados econômicos que explicam o funcionamento da economia,

seus cenários e suas tendências.

(16) Neste setor, o economista pode atuar em sindicatos, associações, federações, confederações, conselhos, cooperativas, e outros, tanto de empregados como empregadores, além de ONGs.

(17) O mercado de trabalho é bem promissor, mas é restrito aos economistas com esta especialidade.

(18) A necessidade de se contratar um profissional com esta especialidade aumentou, principalmente após a implantação do Plano Real. Os altos juros praticados na economia e o sistema bancário criaram diversos tipos de taxas, seja nos contratos de financiamento ou de empréstimos.

(19) Trabalhando com assessorias econômicas diversas, o economista analisa e propõe medidas econômico-financeiras nas empresas, órgãos públicos ou outras entidades, ele contribui para o aumento da participação no mercado e para a melhora da rentabilidade.

(20) Neste trabalho, o economista faz o planejamento e a reestruturação organizacional, desenvolvimento de projetos de financiamento, pareceres técnicos-judiciais, estudos de viabilidade econômico-financeira de projetos em geral. A metodologia de trabalho deve ser, em todos os campos de atuação, vivencial e participativa. Esta metodologia privilegia a criação de situações empresariais corriqueiras de forma que as pessoas possam experimentar as mais variadas ações sem, contudo, arriscar o futuro.

(21) O economista estabelece objetivos e metas de crescimento econômico para provocar o desenvolvimento socioeconômico. Este é um processo de longo prazo, mas que vai gerar mudanças estruturais nos campos econômico, social, político e até cultural.

(22) O economista continua responsável pelos estudos econômico-financeiros dos projetos, sendo que estes são elaborados conforme roteiros fornecidos pela entidade financeira.

13. APÊNDICES

APÊNDICE 1

RESOLUÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

CAPÍTULO I

Do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC)

Art. 1º. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que compõe a matriz curricular do Curso de Ciências Econômicas do *Campus* Sertão da Unidade de Santana do Ipanema da Universidade Federal de Alagoas, rege-se pela presente Resolução e pelas demais normas pertinentes.

Art. 2º. O TCC é uma atividade acadêmica obrigatória que consiste na sistematização, registro e apresentação de conhecimentos científicos, produzidos na área do Curso, como resultado do trabalho de pesquisa e investigação científica.

CAPÍTULO II

Dos Objetivos do TCC

Art. 3º. O TCC tem por finalidade i) estimular a curiosidade e o espírito questionador do acadêmico, fundamentais para o desenvolvimento da ciência, ii) aprimorar a capacidade de articulação, interpretação e reflexão em sua área de formação por meio do desenvolvimento de produção científica.

CAPÍTULO III

Das Modalidades de TCC

Art. 4º. O TCC consiste em um trabalho acadêmico relatado sob a forma de monografia, que deve ser desenvolvido e defendido individualmente.

CAPÍTULO IV

Dos Requisitos

Art. 5º. Estará automaticamente matriculado no TCC o discente que esteja no período previsto (8º) e que tenha cumprido o mínimo de 80% (oitenta por cento) da carga horária total do curso, incluindo aí a aprovação na disciplina Técnica de Pesquisa em Economia.

CAPÍTULO V

Da Estrutura Organizacional

Art. 6º. O desenvolvimento do TCC envolve a seguinte estrutura organizacional:

- I. Orientador(a) e, opcionalmente, co-orientador;
- II. Coordenação de TCC;
- III. Banca Examinadora;
- IV. Colegiado do Curso.

CAPÍTULO VI

Do Orientador

Art. 7º. O discente regularmente matriculado no TCC do Curso de Ciências Econômicas da Unidade de Ensino Santana do Ipanema terá um docente orientador, que acompanhará seu TCC.

Art. 8º. O orientador deverá ser um docente vinculado ao Curso de Ciências Econômicas da Unidade de Ensino Santana do Ipanema ou de outra Unidade Acadêmica da UFAL.

§1º: O docente substituto ou visitante deve estar vinculado, com contrato vigente, à Unidade Santana do Ipanema da UFAL durante todo o semestre de produção e defesa do TCC.

§2º: O docente de outra Unidade Acadêmica, só poderá orientar com a anuência prévia do colegiado de curso, junto com a justificativa do(a) discente.

Art. 9º. Ao Orientador de TCC compete:

- I. Orientar o discente na escolha do tema de pesquisa;
- II. Prestar ao discente, assistência, acompanhamento, orientação e os esclarecimentos necessários, até a conclusão do TCC;
- III. Agir com discrição na orientação do discente, respeitando-lhe a personalidade, as limitações e suas capacidades;
- IV. Diagnosticar problemas e dificuldades que estejam interferindo no desempenho do discente e orientá-lo na busca de soluções;
- V. Manter a Coordenação de TCC informada, oficialmente, sobre qualquer eventualidade nas atividades desenvolvidas pelo discente, bem como solicitar desta Coordenação a adoção das providências que se fizerem necessárias ao atendimento do orientando;
- VI. Supervisionar todo o processo de elaboração do TCC, desde a elaboração do projeto até a entrega da versão final para depósito;
- VII. Participar das reuniões que forem convocadas pela Coordenação de TCC;
- VIII. Indicar o co-orientador, quando for o caso;
- IX. Indicar e formalizar o convite aos membros da banca examinadora;
- X. Participar, obrigatoriamente, de forma presencial, da banca de qualificação de projeto e defesa de TCC de seus orientandos;
- XI. Preencher a ata da defesa e entregá-la à Coordenação de TCC, indicando a nota atribuída individualmente pelos membros da Banca, a média final do discente e fazendo constar a assinatura dos professores membros da comissão e do discente autor da monografia;
- XII. Solicitar a intervenção da Coordenação de TCC em caso de incompatibilidade entre orientador e orientando;
- XIII. Zelar pela obediência às regras éticas da pesquisa e o esmero com as normas da língua culta;
- XIV. Zelar pelo cumprimento de normas e prazos estabelecidos pela Coordenação de TCC;
- XV. Informar à Coordenação de TCC, a qualquer tempo durante a orientação, a inobservância de normas e prazos pelos orientandos;

XVI. Atender regularmente os discentes sob sua orientação, fazendo os devidos registros por escrito dos atendimentos;

§1º: As reuniões de orientação deverão ser agendadas de acordo com o quadro de atendimento de cada docente.

Art. 10. A troca de orientador só será permitida mediante requerimento endereçado, pelo discente, à Coordenação de TCC, acompanhado de justificativa com documentos comprobatórios e Declaração de Desistência de Orientação do orientador atual e de Carta de Aceite assinada pelo novo orientador.

§1º. A Coordenação de TCC encaminhará o requerimento e os demais documentos de solicitação de substituição de orientador do discente ao Colegiado de Curso para parecer e homologação.

§2º. Não havendo indicação do discente de novo orientador, cabe à Coordenação de TCC a designação de um substituto.

§3º. O orientador que não cumprir com sua função responderá administrativa e civilmente pelo não cumprimento de sua obrigação.

Art. 11. Nos casos em que o orientador desejar desistir da orientação do seu orientando, este deverá encaminhar Declaração de Desistência de Orientação à Coordenação de TCC, com cópia para o orientando, acompanhada de justificativa.

§1º. A Coordenação de TCC encaminhará a Declaração de Desistência de Orientação acompanhada de justificativa ao Colegiado de Curso para parecer e homologação.

§2º. A Coordenação de TCC solicitará ao discente a indicação de um novo orientador, acompanhada de Carta de Aceite.

§3º. Não havendo indicação do discente, a Coordenação de TCC deve fazê-lo no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da Declaração de Desistência de Orientação.

Art. 12. É facultado ao discente contar com a colaboração de docente, interno ou externo ao Curso de Ciências Econômicas da Unidade de Ensino Santana do Ipanema ou profissional de ensino superior com relevantes conhecimentos técnicos, externo à Universidade Federal de Alagoas, na condição de co-orientador, desde que indicado pelo orientador da monografia e formalmente autorizado pelo Colegiado do Curso.

§1º. O co-orientador deverá expressamente aceitar a função por meio de Declaração de Aceite de Co-orientação, no qual conste o desenvolvimento de suas atividades de co-orientador em caráter de trabalho voluntário, sem qualquer vínculo trabalhista com a UFAL.

§2º. Cabe ao discente apresentar à Coordenação de TCC o termo de aceite de co-orientação.

§3º. Havendo o aceite oficial do co-orientador, seu nome deverá constar nos documentos entregues pelo discente.

§4º. É vetada a orientação e co-orientação entre cônjuges e parentes consanguíneos ou por afinidade até 2º grau.

CAPÍTULO VII

Da Orientação

Art. 13. A orientação de TCC é obrigatória para os docentes efetivos do Curso de Ciências Econômicas da Unidade de Ensino de Santana do Ipanema.

Parágrafo Único: A orientação deverá ser fundamentada em plano de trabalho, organizado conjuntamente pelo orientando e orientador seguindo normas desta Resolução e o cronograma anual de atividades elaborada pela Coordenação de TCC.

Art. 14. Cada docente pode orientar até 05 (cinco) alunos por semestre letivo, desde que no máximo 3 (três) discentes sejam novos, atendendo ao(s) curso(s) em que atua.

Parágrafo único: No caso dos docentes que lecionam nos dois cursos da Unidade, esse limite refere-se à soma de orientandos de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis.

Art. 15. Os docentes que estiverem em processo de qualificação, em qualquer nível, ficam desobrigados da orientação dos trabalhos de TCC durante o período em que estiverem afastados, podendo fazê-lo se assim optarem; porém, a opção fica condicionada à autorização do Colegiado do Curso.

Art. 16. Ficam impedidos de orientar trabalhos de TCC os docentes que estiverem em cedência ou em gozo de licenças ou afastamentos, quais sejam:

- I. Licença para atividade política;
- II. Licença para o exercício de função pública temporária;
- III. Licença para o exercício de mandato sindical, nos termos da lei;
- IV. Afastamento por motivo de acompanhamento do cônjuge ou companheiro;
- V. Afastamento para serviço militar;
- VI. Afastamento para tratar de interesses particulares;
- VII. Licença para tratamento de saúde;
- VIII. Licença prêmio;
- IX. Licença maternidade.

§1º. Na ocorrência desses impedimentos caberá à Coordenação de TCC a indicação de um novo orientador.

§2º. Os docentes em exercício de funções de gestão administrativa não ficam isentos da obrigação de orientar.

CAPÍTULO VIII

Da Coordenação de TCC

Art. 17. A Coordenação do TCC será composta por um coordenador, sendo esta função desempenhada, preferencialmente, pelo professor das disciplinas de Metodologia Científica e/ou de Técnica de Pesquisa em Economia do Curso de Ciências Econômicas.

Art. 18. A Coordenação de TCC e os docentes orientadores compõem a equipe responsável pelo desenvolvimento das atividades relacionadas ao TCC.

Art. 19. À Coordenação de TCC compete:

- I. Elaborar o calendário anual, divulgando-o à comunidade acadêmica, em até 20 (vinte) dias corridos do início do semestre, fixando prazos para a entrega dos projetos e das versões do TCC para o exame defesa;
- II. Divulgar, no início do período letivo, os nomes dos docentes disponíveis para orientação, com as respectivas linhas de pesquisa;
- III. Sugerir orientadores para os discentes que não os tiverem;

- IV. Reunir-se com os discentes matriculados em TCC em horários divulgados publicamente, com registro das reuniões;
- V. Convocar, periodicamente, reuniões com os docentes orientadores e/ou discentes matriculados em TCC;
- VI. Emitir ficha de avaliação e ata de defesa de monografia;
- VII. Emitir a declaração de participação dos membros da banca na defesa da monografia do discente;
- VIII. Criar e manter arquivo atualizado com os projetos de TCC em desenvolvimento até sua defesa;
- IX. Providenciar o local para defesa da Monografia, em conformidade com a data e o horário estipulados em carta prévia do orientador;
- XI. Receber cópia da versão final do TCC no formato digital (CD) para futuro arquivamento e/ou disponibilização *on-line*.

CAPÍTULO IX

Da Banca Examinadora

Art. 20. O TCC deverá ser submetido a uma Banca Examinadora designada para exame e avaliação do trabalho do discente.

§1º. A Banca Examinadora será composta pelo orientador como presidente, 02 (dois) membros efetivos e um membro suplente.

§2º. Um dos membros efetivos deve ser, obrigatoriamente, membro do corpo docente do Curso de Ciências Econômicas da Unidade de Ensino de Santana do Ipanema, podendo o segundo examinador ser um membro externo ao Curso.

§3º. É facultada a participação do co-orientador na Banca Examinadora, quando houver, desde que este não seja substituto de qualquer dos membros efetivos.

§4º. O presidente da banca examinadora indicará um docente suplente, pertencente ao corpo docente do Curso de Ciências Econômicas.

§5º. É responsabilidade da Banca Examinadora averiguar a obediência às regras éticas da pesquisa, cabendo comunicar por escrito à Coordenação de TCC as faltas verificadas.

Art. 21. É considerado discente em fase de realização de TCC todo aquele regularmente matriculado no TCC.

CAPÍTULO X

Dos Direitos e Deveres do Discente em Fase de Realização de TCC

Art. 22. Ao discente em fase de realização de TCC compete:

- I. Escolher, sob consulta, o seu orientador, comunicando oficialmente à Coordenação de TCC, mediante apresentação do Termo de Aceite firmado entre discente e orientador, devidamente assinado por ambas as partes;
- II. Definir o tema de pesquisa, de acordo com as linhas de pesquisa do curso e em consonância com as orientações do docente orientador (previstas no art. 9º, inciso I, desta resolução) e apresentá-lo à Coordenação de TCC;
- III. Conhecer e cumprir as normas e prazos estabelecidos pela Coordenação de TCC;
- IV. Elaborar o projeto de TCC de acordo com a temática discutida com o orientador;

- V. Encaminhar uma cópia assinada pelo professor orientador do projeto após avaliação, e, quando necessária, a revisão, à Coordenação de TCC, para arquivamento junto à Coordenação do Curso;
- VI. Comparecer às reuniões convocadas pela Coordenação de TCC e pelo orientador;
- VII. Desenvolver todas as atividades propostas pelo orientador;
- VIII. Demonstrar iniciativa e sugerir inovações nas atividades desenvolvidas, buscando a qualidade e mérito no desenvolvimento do TCC;
- IX. Expor ao orientador, em tempo hábil, problemas que dificultem ou impeçam a realização do TCC, para que sejam buscadas as soluções;
- X. Comunicar ao orientador e/ou à Coordenação de TCC, quaisquer irregularidades ocorridas durante e após a realização do TCC, visando seu aperfeiçoamento, observados os princípios éticos.
- XI. Elaborar versão final do seu TCC de acordo com a presente resolução e as instruções de seu orientador;
- XII. Entregar a cada membro da banca:
 - a. Em 10 (dez) dias corridos, antes da data agendada para defesa da monografia, 01 (uma) cópia impressa e 01 (uma) em meio digital (por e-mail) da versão final do TCC;
- XIII. Comparecer em local, data e horário determinados para apresentar e defender seu TCC perante a banca;
- XIV. Entregar:
 - a. À biblioteca da Unidade Santana do Ipanema, no máximo em 30 (trinta) dias corridos após a defesa, 01 (uma) cópia da monografia, devidamente corrigida, encadernada e com ficha de avaliação assinada pelos membros da banca e uma versão digital em CD.
 - b. À coordenação de TCC uma versão digital em CD em no máximo 30 (trinta) dias corridos após a defesa.

Art. 23. São direitos do discente em fase de realização de TCC:

- I. Receber orientação para realizar as atividades de TCC;
- II. Ser ouvido em suas solicitações e sugestões, quando tiverem por objetivo o aprimoramento do TCC;
- III. Solicitar à Coordenação de TCC, a substituição do orientador, mediante documento devidamente justificado.

CAPÍTULO XI

Da Operacionalização

Art. 24. O TCC compreende as seguintes fases:

- I. Escolha do orientador e definição do tema;
- II. Elaboração de projeto;
- III. Desenvolvimento da pesquisa;
- IV. Defesa da monografia;
- V. Entrega da versão final da monografia após a defesa, para encaminhamentos.

Parágrafo Único: O projeto e a monografia deverão ser elaborados obedecendo as diretrizes para a redação de Trabalhos Acadêmicos da ABNT e as desta Instituição.

CAPÍTULO XII

Da Estrutura e do Teor do TCC

Art. 25. O discente deverá desenvolver seu TCC nas linhas de pesquisa do curso, devendo o tema pesquisado conter relevância teórica e social, além de adequação entre os objetivos propostos, a literatura utilizada e a metodologia empregada.

Parágrafo Único: A relevância teórica ocorre quando o tema pode fazer progredir áreas do conhecimento científico e a relevância social do tema acontece quando o conhecimento científico, produzido através dele, pode ser utilizado pela sociedade.

Art. 26. Na elaboração do trabalho de TCC deve-se considerar:

- I. Na sua estrutura formal, os critérios técnicos estabelecidos no padrão desta Instituição;
- II. No seu conteúdo, as finalidades estabelecidas no Art. 3º desta Resolução, a vinculação direta do tema ao curso e a inserção nas áreas de conhecimento identificadas pelas disciplinas ofertadas na matriz curricular;

Art. 27. A monografia deve conter, no mínimo, 20 (vinte) páginas textuais, compreendidas da introdução à conclusão.

CAPÍTULO XIII **Da Defesa do TCC**

Art. 28. As sessões de defesa dos TCC são públicas e deverão observar o calendário elaborado pela Coordenação de TCC.

Art. 29. A defesa do TCC está condicionada:

- I. Ao cumprimento dos prazos estabelecidos no art. 22, inciso XII desta resolução;
- II. À entrega à Coordenação de TCC de Declaração de aptidão assinada pelo orientador, atestando que a monografia está apta para ser apresentada e com indicação de data e horário da defesa e dos nomes dos membros que comporão a comissão examinadora.

Parágrafo Único: O discente que não entregar o TCC na data correta ou que não se apresentar para a defesa sem motivo justificado estará automaticamente reprovado.

Art. 30. A versão final do TCC será defendida pelo discente perante a banca examinadora, presidida pelo orientador e composta por dois membros convidados pelo orientador, em comum acordo com o discente, respeitando as áreas afins do TCC.

§1º. Todos os docentes, efetivos, visitantes e substitutos, do Curso de Ciências Econômicas podem ser convocados para participar das bancas examinadoras, salvo aqueles que se encontrarem enquadrados nos casos previstos nos arts. 15 e 16.

§2º. Podem fazer parte como membros efetivos da banca examinadora docentes externos ao Curso de Ciências Econômicas da Unidade de Ensino de Santana do Ipanema e na condição de co-orientador, profissionais que possuam nível superior e exerçam atividades afins na área de abrangência da pesquisa.

Art. 31. A banca examinadora somente pode dar início aos trabalhos com a presença do presidente e dos 02 (dois) membros efetivos.

§1º. No caso de impossibilidade de composição da banca examinadora, por caso fortuito ou força maior, será agendada nova data para a defesa, obedecendo ao calendário acadêmico, sem que ocorra a substituição dos membros da banca.

§2º. No caso de impossibilidade de presença do orientador (presidente da banca), por caso fortuito ou força maior, a presidência da banca será exercida por um membro efetivo interno e o lugar deste será ocupado pelo membro suplente.

§3º. Em caso de ausência de qualquer membro da banca, a Coordenação de TCC informará oficialmente ao Colegiado de Curso, no qual deve constar a justificativa comprovada de ausência do docente.

§4º. Na ausência de apresentação de justificativa serão tomadas as medidas disciplinares cabíveis.

Art. 32. Na defesa, o discente deverá realizar sua apresentação em, no mínimo, 20 (vinte) minutos e, no máximo, 30 (trinta) minutos, ao que se seguirá arguição pela banca examinadora, que definirá de comum acordo os procedimentos adotados.

CAPÍTULO XIV **Da Avaliação do TCC**

Art. 33. Para efeitos de avaliação e atribuição de nota, a banca examinadora deverá levar em consideração, quando da apreciação do trabalho, a qualidade acadêmica, o domínio apropriado da língua culta, a inserção do trabalho em tema ou linha de pesquisa das Ciências Econômicas e a correta adequação entre referencial teórico/bibliográfico e a pesquisa empreendida pelo discente.

§1º. A avaliação da banca abrangerá o trabalho escrito e a defesa cujo resultado poderá ser aprovado, aprovado sob condições ou reprovado.

§2º. A banca, ao avaliar o trabalho escrito, deverá considerar questões de forma e conteúdo, através dos pontos elencados na ficha de avaliação.

§3º. A atribuição das notas da defesa dar-se-á, em sessão secreta, após o encerramento da defesa, obedecendo aos critérios dispostos na ficha de avaliação.

Art. 34. Cada membro da banca deverá atribuir nota individual e nominal, que constará da ata da defesa. Na folha de rosto da monografia constará apenas a nota final, que é a média das notas atribuídas pelos membros da banca examinadora.

Parágrafo Único: Quando da defesa, o discente deverá levar para a banca examinadora, no mínimo, 05 (cinco) vias impressas da sua folha de rosto para assinatura e futura encadernação.

Art. 35. Serão atribuídas, pelos membros da banca examinadora, notas variando de 0 (zero) a 10,0 (dez), o 10,0 (dez) sendo reservado aos trabalhos de excelência.

Parágrafo Único: Não há recuperação da nota atribuída pela banca examinadora do TCC.

Art. 36. Será considerado aprovado o discente que obtiver média igual ou superior a 7,00 (sete). Quando o trabalho de TCC for aprovado sob condições pela banca, mantém-se a nota atribuída na defesa do TCC, porém, a aprovação do discente fica condicionada à entrega de 2 (duas) versões impressas e uma versão digital em CD corrigidas à Biblioteca da Unidade de Santana do Ipanema e uma digital em CD à Coordenação de TCC no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data da defesa com a declaração do orientador de que as mesmas foram devidamente efetuadas.

Art. 37. Será considerado reprovado no TCC o discente que obtiver média final inferior a 7,0 (sete) na monografia;

§1º. São motivos para reprovação a insuficiência de desempenho, a qual é observada quando o discente não tenha conseguido desenvolver o TCC de forma satisfatória e/ou a inserção no TCC de textos de terceiros como se fossem próprios.

§2º. A insuficiência de desempenho que resulte em reprovação deverá ser obrigatoriamente justificada pela banca.

§3º. Quando da reprovação, o discente deverá refazer o TCC e submetê-lo novamente à avaliação dentro do prazo de integralização do curso, mediante renovação semestral da matrícula.

CAPÍTULO XV Do Depósito do TCC

Art. 38. Defendida, aprovada e, quando necessário, corrigida a monografia, o discente deverá depositar 02 (duas) cópias impressas e encadernadas em capa dura e 01 (uma) versão em formato digital (CD) na Biblioteca da Unidade Santana do Ipanema e outra versão em formato digital (CD) na Coordenação de TCC, sendo esta uma cópia fiel das vias impressas.

§1º. Para o depósito, as folhas de rosto deverão estar devidamente assinadas pela Banca Examinadora, nos termos do Art. 34;

§2º. Não se aceitará, em nenhuma hipótese, o depósito do TCC sem a documentação referida.

Art. 39. Qualquer documento relacionado à conclusão do Curso e à aprovação do TCC só poderá ser expedido pela Coordenação do Curso de Ciências Econômicas.

CAPÍTULO XVI Do Plágio

Art. 40. Toda e qualquer verificação comprovada de plágio implica em reprovação automática do TCC do discente, cabendo ao presidente da comissão examinadora do trabalho, quando verificado o delito, apresentar relatório circunstanciado, assinado por todos os membros da banca, à Coordenação do Curso que tomará as providências cabíveis conforme legislação vigente.

Parágrafo Único: O discente será notificado e automaticamente reprovado, não se eximindo das responsabilidades administrativas, cíveis e criminais.

CAPÍTULO XVII Das Disposições Finais

Art. 41. O Colegiado do Curso de Ciências Econômicas poderá estabelecer normas complementares para o TCC, observadas as estabelecidas nesta Resolução.

Art. 42. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Ciências Econômicas, com base no regimento geral da UFAL e demais resoluções vigentes.

Art. 43. Esta Resolução e seus anexos entram em vigor a partir do semestre letivo 2015.2, após sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Ciências Econômicas, observadas as demais formalidades, revogando-se as disposições em contrário.